



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 098/099

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 098

92ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Antonio Belinati	10
Dep. Elio Rusch	12
Dep. Péricles de Mello	14
Dep. Professor Lemos	17
Dep. Elton Welter	18
Dep. Rosane Ferreira	19
Grande Expediente:	
Dep. Caíto Quintana	20
Dep. Pastor Edson Praczyk	21
Horário das Lideranças:	
Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	13
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	15
Apresentação do Portal da Transparência	
Dep. Durval Amaral	23
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	26
Discussão/Votação	
Redação Final	27
2ª Discussão	27
1ª Discussão	27
Requerimentos	29
Encerramento da Sessão	30

DIÁRIO Nº 099

93ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	31
Presenças.....	31
Abertura da Sessão	31
Pequeno Expediente:	
Dep. Plauto Miró	32
Dep. Douglas Fabrício	32
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	33
3ª Discussão	33
2ª Discussão	33
1ª Discussão	34
Encerramento da Sessão	34
Publicações:	
Diretoria Geral	
Portarias	34
Ata de Comissão	
Constituição e Justiça	35

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 098

92ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei.....	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Antonio Belinati.....	10
Dep. Elio Rusch.....	12
Dep. Péricles de Mello	14
Dep. Professor Lemos	17
Dep. Elton Welter	18
Dep. Rosane Ferreira.....	19

Grande Expediente:

Dep. Caíto Quintana.....	20
Dep. Pastor Edson Praczyk	21

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	13
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	15

Apresentação do Portal da Transparência

Dep. Durval Amaral.....	23
-------------------------	----

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	26
Discussão/Votação	
Redação Final.....	27
2ª Discussão	27
1ª Discussão	27
Requerimentos.....	29

Encerramento da Sessão 30

DIÁRIO Nº 098

92ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos

seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mário Roque, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (08).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Felipe Lucas (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 852/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. David José de Castro Gouvêa, Superintendente Regional DNIT/PR, que seja reativada a lombada eletrônica na BR-376, localizada entre os Km 596 e 597, no Município de Curitiba/PR.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, a reativação da lombada eletrônica na BR-376, localizada entre os Km 596 e 597, no Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão do grande fluxo de veículos e pedestres no referido local. A reativação desta lombada eletrônica oferecerá maior segurança as vidas das pessoas que residem e trabalham as margens da BR.

Considerando a relevância e urgência da presente indicação legislativa, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

INDICAÇÃO Nº 853/09

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que empreenda medidas em caráter de urgência no sentido de garantir a liberação de recursos para a reforma da Escola Estadual de Vargem Bonita.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED que sejam tomadas provi-

dências em caráter de urgência no sentido de garantir a liberação de recursos para a reforma da Escola Estadual de Vargem Bonita, no Município de Ampere.

A Escola Estadual de Vargem Bonita - Ensino Fundamental localiza-se na área rural do Município de Ampere e encontra-se em precárias condições de funcionamento, tendo parte de suas instalações interditadas pelas autoridades locais. Tal situação gerou inclusive divulgação na imprensa e aprovação de projeto de reforma total do estabelecimento de ensino. A liberação dos recursos, no entanto não ocorreu até o presente momento, acarretando grandes dificuldades para o atendimento com qualidade dos sujeitos do campo daquela localidade.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 4201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 773/07, de minha autoria, que tem por objetivo conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Conselheiro do Tribunal de Contas Hermas Eurides Brandão.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 4217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento dos Srs. Pascoal Roncatto e Valdemir Duca da Silva e do jovem Paulo Henrique da Silva, ocorrido no dia 17/08/09, no Município de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceram no último dia 17 de agosto, vítimas de trágico acidente automobilístico os Srs. Pascoal Roncatto

e Valdemir Duca da Silva e o jovem Paulo Henrique da Silva.

Pascoal Roncatto, com 42 anos de idade, nasceu em Nova Prata-RS, era filho de Lídio Roncatto e Adolfinha Roncatto. Deixou viúva a Sra. Antoninha Roncatto e três filhos: Elisângela, Leandro e Lucas Gabriel. Valdemir Duca da Silva, com 32 anos de idade, nasceu em Clevelândia, deixou viúva a Sra. Rosângela Alves Freitas e três filhos. Paulo Henrique da Silva, com 13 anos de idade, nasceu em Clevelândia, era filho de Paulo Sérgio da Silva e Luciana Lorenzoni.

Foi com grande tristeza que recebemos a notícia do passamento trágico de nossos amigos clevelandenses.

Seus familiares, que os adoravam despediram-se com lágrimas dizendo que poderão repousar tranquilos, pois, aqui permanecerão orando por eles.

Rogamos ao Pai Celestre que nossos amigos, familiares dos falecidos, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Pascoal, Valdemir e do Paulo Henrique, endereçando a eles votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Simone Regina de Paula de Andrade, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Antoneche, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Otília Carrano Edling, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcílio Rodrigues de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joana Santana de França, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aniceto Sanson, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valmir Tavares, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Edward M. Kennedy, ocorrido no dia 25 de agosto.

O Senador Ted Kennedy, como era conhecido, foi uma personalidade excepcional da história americana, uma pessoa que inspirou admiração, respeito e devoção não somente nos Estados Unidos, mas no mundo inteiro, um homem a serviço do povo, comprometido com os valores da equidade, justiça e oportunidade.

Um democrata que lutou pelos avanços dos direitos civis, saúde e bem-estar econômico do povo americano, com um histórico titânico de legislação, tornou-se o Senador dos senadores.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Monsenhor Vicente Vítola, ocorrido no dia 23 de agosto.

Monsenhor Vítola como era conhecido, foi vigário paroquial da Igreja Nossa Senhora das Dores, mais conhecida como Igreja dos Passarinhos, era o sacerdote mais idoso do Paraná, nascido em Curitiba de família tradicional, foi ecônomo da mitra da arquidiocese e professor.

Expressiva personalidade nos meios religiosos, atuava há 11 anos como vigário paroquial.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4211

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, pela conquista da Presidência no Conselho Nacional dos Procuradores - Gerais do Ministério Público.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4214

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER seja oficiado ao Procurador Geral de Justiça do Paraná Olympio de Sá Sotto Maior Neto, enviando-lhe votos de congratulações, em razão da eleição ao cargo de Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público.

O órgão tem a função de defender os princípios, prerrogativas do Ministério Público, assim como de promover intercâmbio de experiências entre as instituições.

Esta Assembleia congratula-se como nomeado, desejando-lhe sucesso na nova atividade.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4215

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao advogado Domingos José Perfetto, enviando-lhe voto de congratulações, em

razão da nomeação para o cargo de Desembargador pelo quinto Constitucional.

O Dr. Domingos é advogado londrinense e ocupou diversos cargos de notória importância. Entre eles:

Diretor Cultural da Associação dos Advogados de Londrina, na gestão 1979/80;

Diretor da Imprensa da AAL, na gestão 1980/1981;

Vice-Presidente da AAL, na gestão 1981/1982;

Presidente da AAL, gestão 1983/1984;

Membros do Conselho Fiscal da AAL, gestões 1985/1986 - 1987/1988 - 1988/1989 - 1996/1997;

Vice-Presidente da Subseção de Londrina, Ordem dos Advogados do Brasil, na gestão 1985/1986;

Membro da banca examinadora da OAB-LD de 1985/1988.

Esta Assembleia congratula-se com o nomeado e com o Poder Judiciário diante da escolha de mais um membro oriundo do interior do Estado.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4202

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pr. Edmundo Schilling de Souza pelos 25 anos dirigindo a Assembleia de Deus Vila Americana.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pr. Edmundo Schilling de Souza, que comemora 25 anos na direção da Assembleia de Deus da Vila Americana, onde cumpre sua missão de ganhar muitas almas para o reino de Deus, firmada nas promessas de Jesus, crescendo devido ao seu esforço e dedicação, amparado pelos crentes abnegados, que sob sua liderança trilham o caminho da evangelização, contribuindo no sentido de que o fervor espiritual da igreja continue sempre aquecido pelo fogo do Espírito Santo.

REQUERIMENTO Nº 4203

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Spazio Marine Hotel.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Spazio Marine Hotel, na pessoa do empresário e empreendedor Alberto Bonato, que disponibiliza toda uma infraestrutura de conforto em seus apartamentos e suítes, com grande ênfase na satisfação dos hóspedes, um diferencial marcante em sua proposta, servindo qualidade e o melhor custo benefício, revolucionando o conceito de hotelaria, desafiando as pessoas a usufruir o máximo das coisas boas da vida, com espírito

de simplicidade, bom gosto, excelência, sentido de amizade e de família, cuidando de seus hóspedes, características de uma proposta inovadora, moderna e elegante, tornando a hospedagem uma experiência memorável.

REQUERIMENTO N° 4204

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Santograal Sociedade Gastronômica.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Santograal Sociedade Gastronômica, que transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Com uma gastronomia variada composta por sandwiches, massas e comida japonesa de esmerada qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com o padrão e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, uma referência no bem servir.

REQUERIMENTO N° 4205

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Mario Celso Cunha.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Mario Celso Cunha, Vereador eleito no Município de Curitiba, que realiza um excelente trabalho na área social da comunidade e na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia, ouvindo a população e levando suas reivindicações ao conhecimento de todo o Município, lutando para que sejam atendidas, promovendo assim, o progresso da Cidade e o bem estar de seus munícipes.

REQUERIMENTO N° 4206

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Hospital Municipal Santo Antonio pela inauguração da Capela.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hospital Santo Antonio pela inauguração da Capela, administrado pela Beneficência Camiliana do Sul - São Camilo, sob responsabilidade do

Diretor Edio Rosseti, a instituição vem oferecer a comunidade um local idealizado pela Sra. Maria Alice Barbosa Miguel para o conforto daqueles que buscam na fé a cura para seus males, com uma imagem de Jesus Eucarístico o novo ambiente torna mais reconfortante os momentos de tratamento dos internados e também de seus amigos e familiares.

REQUERIMENTO N° 4207

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a professora Rosangela Marina Luft.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a professora Rosangela Marina Luft, advogada, mestre em Direito do Estado e professora de disciplinas na área de Direito Público das Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL, onde coordenará o curso de especialização em Direito Público e Administração Municipal, objetivando o aperfeiçoamento de profissionais com ensino superior que pretendam atuar na área. Seu trabalho é divulgar o conhecimento teórico-crítico, dando ciência dos desafios atuais de uma boa Administração Pública e orientando para a prática diária da gestão municipal.

REQUERIMENTO N° 4208

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a professora Marina Michel de Macedo Martynychen.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a professora Marina Michel de Macedo Marynychen, advogada, mestre em Direito Público e professora das disciplinas de Direito Econômico e Financeiro e Estudos de Casos das Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL, onde coordenará o curso de especialização em Direito Público e Administração Municipal, objetivando o aperfeiçoamento de profissionais com ensino superior que pretendam atuar na área.

Seu trabalho é divulgar o conhecimento teórico-crítico, dando ciência dos desafios atuais de uma boa Administração Pública e orientando para a prática diária da gestão municipal.

REQUERIMENTO N° 4209

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Irmão Joaquim Sperandio.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Irmão Joaquim Sperandio, Vice-Superior Provincial da Província Marista do Brasil Centro-Sul. Defensor e discípulo das palavras de São Marcelino Champagnat para educar e evangelizar crianças, adolescentes e jovens, através da filosofia do cristianismo, da educação religiosa, intelectual, moral e cívica, adequada ao tempo presente, estimulando atividades sociais e esportivas. Sua missão é enaltecer os valores e as virtudes que praticadas, tornarão a pessoa melhor e a sociedade mais justa.

REQUERIMENTO N° 4210

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Marco Aurelio Saldanha Rocha.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Marco Aurelio Saldanha Rocha, Diretor-Presidente da Paraná Esporte, onde implanta o processo de municipalização do esporte e do lazer, atuando em conjunto com as instituições de ensino superior, viabilizando os projetos e programas constantes da política estadual de desenvolvimento do esporte e lazer. Fomentador da prática e da cultura do esporte, lazer e atividades físicas no Paraná, é promotor da cidadania, da inclusão social e da melhora da qualidade de vida das comunidades mais carentes, incentivando e valorizando as várias formas de manifestação esportiva.

REQUERIMENTO N° 4228

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Marreh Calçados Femininos.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Marreh Calçados Femininos, uma loja dedicada e comprometida em transmitir a essência de seu trabalho, feita para mulheres que tem paixão por sapatos que despertam desejo, por expressarem personalidade e refinamento, brindando as suas clientes, com o que há de melhor na maneira de calçar, buscando atender sempre melhor em ambiente acolhedor, bem localizado e com profissionalismo, trabalhando com produtos de primeira linha.

REQUERIMENTO N° 4229

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Boutique Italianíssima.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Boutique Italianíssima, na pessoa de sua fundadora Sra. Maria Driussi, que coloca toda sua paixão pela moda à disposição da sociedade, brindando as suas clientes com o que há de melhor na maneira de vestir, buscando atender sempre melhor em ambiente acolhedor, bem localizado e com profissionalismo, trabalhando com produtos de primeira linha nacionais e importados desde 1973 com muita fibra e garra.

REQUERIMENTO N° 4230

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ruy Noronha Miranda.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Ruy Noronha Miranda, presidente da Fundação Pró-Hansen, onde proporciona assistência aos portadores de hanseníase, dando-lhes esperança e conforto diante do mal que lhes aflige e incentivando através de acordo com instituições de saúde, a pesquisa e o tratamento destes. Seu trabalho na fundação é exemplo de dedicação e empenho, buscando da melhor forma possível ajudar os necessitados principalmente na especialidade da dermatologia, área em que vários residentes em medicina fazem estágio. Como dirigente desta entidade, demonstra sua preocupação para com o próximo e para com a sociedade, coordenando com filantropia uma equipe dedicada e competente.

REQUERIMENTO N° 4231

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Edson Pires.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Edson Pires, editor responsável pelo tablóide Atos & Fotos que realiza um trabalho com extremo profissionalismo, proporcionando à população da Região Oeste de Curitiba, a integração da comunidade através da geração e distribuição de informações de qualidade. Prestando relevante serviço à sociedade, seu conhecimento na área é fundamental para a realização deste informativo que é espelho de seu esforço e competência.

REQUERIMENTO N° 4232

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Beer Distribuidora de Bebidas.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Beer Distribuidora de Bedidas, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região do São Braz, oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços, sendo o fornecedor do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade de cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 4233

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Edson Góis Militão da Silva.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Edson Góis Militão da Silva, jornalista responsável pela revista Agente Urgente, informativo da Associação Brasileira e Agências de Viagens do Paraná - ABAV, que realiza um trabalho com extrema qualidade, proporcionando à população paranaense, em especial aos leitores filiados da associação, uma revista focada nos interesses da categoria, com abrangência estadual, organizada, prestando o relevante serviço do direito à informação, seu conhecimento na área é fundamental para a realização deste informativo que é espelho de seu trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 4234

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Renato Merolli.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Renato Merolli, presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná - FEHOSPAR, onde realiza inúmeras conquistas e congrega diretores, sindicatos regionais, dirigentes de estabelecimentos de serviços de saúde na busca de um objetivo comum.

Sua administração tem feitos relevantes em defesa dos interesses da rede privada de saúde e alcance no cenário nacional, marcando presença na maioria das grandes mobilizações e também decisões pertinentes ao setor, tendo ajudado a constituir a Confederação Nacional de Saúde e a Frente Parlamentar de Saúde, para tornar a representatividade cada vez mais forte.

Seu trabalho frente a entidade é referência em todas as decisões, inclusive políticas, concernentes à saúde, demonstrando a credibilidade conquistada com muito trabalho e competência na condução do seu papel sindical e político.

REQUERIMENTO N° 4202

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Saudosa Maloca Bar e Gastronomia.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Saudosa Maloca Bar e Gastronomia, que transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Com uma gastronomia variada composta por saborosas iguarias de esmerada qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com o padrão e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, uma referência no bem servir, mostrando que ainda se fazem bares como antigamente.

REQUERIMENTO N° 4213

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3° IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis e, após aprovação do douto Plenário, ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Sr. Stênio Jacob, informações quanto a cobertura ou abrangência da rede de coleta e tratamento de esgoto nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba/PR, conforme relação: Almirante Tamandaré; Araucária; Balsa Nova; Bocaiúva do Sul; Campina Grande do Sul; Campo Largo; Campo Magro; Colombo; Contenda; Curitiba; Fazenda Rio Grande; Mandirituba; Pinhais; Piraquara; Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Cumprir destacar o presente requerimento já foi solicitado na data de 23/03/09, não tendo logrado êxito no cumprimento do prazo legal previsto para a sua resposta.

Sendo assim, reitero que sejam prestadas as informações no prazo regimental de 30 dias, conforme artigo 134, parágrafo 2° do Regimento Interno, sob as penas do artigo 55 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A rede de coleta e tratamento de esgoto é essencial à Saúde Pública e à qualidade de vida dos cidadãos. Assim, em atendimento aos pedidos dos munícipes da Região Metropolitana de Curitiba, e em cumprimento para com as obrigações Parlamentares a mim incumbidas, justifico o pedido de informações acima mencionado.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 431/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Lindoestense de Fortalecimento da Agricultura Familiar - ALFAFA, com sede no Município de Lindoeste, com foro jurídico no Município de Cascavel - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lindoestense de Fortalecimento da Agricultura Familiar - ALFAFA é sociedade civil, sem fins lucrativos, de promoção social, cultural, desportiva, econômica, com os principais objetivos descritos.

a) Promover o desenvolvimento dos associados através da realização de obras e melhoramentos;

b) Proporcionar a melhoria do convívio entre habitantes da comunidade local, através da integração de seus moradores;

c) Proporcionar aos seus associados e dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

d) Prestar serviços de utilidade pública e relevância social, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

e) Respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

f) Estimular a formação de grupos de agricultores para a aquisição de bens duráveis e/ou financiamentos a fundo perdido em órgãos públicos de fomento à agricultura familiar;

g) Promover o atendimento aos associados através de convênios e parcerias com entidades públicas e privadas;

h) Promover o atendimento aos associados através do oferecimento de serviços e produtos subsidiados ou a fundo perdido;

l) Assessorar na elaboração dos projetos que visem fortalecimento econômico dos associados;

j) Viabilizar instrumentos e locais que possibilitem a venda e o comércio de produtos artesanais e culinários produzidos pelos associados, visando o incremento da renda e alternativas para a geração de empregos para os associados e dependentes;

k) Assinar convênios que garantam a aquisição da produção local através dos mecanismos de compra direta.

A Associação Lindoestense de Fortalecimento da Agricultura Familiar, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação para sua declaração de utilidade

pública estadual, conforme se comprova com os documentos anexados. Pois, possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, demonstrado no Estatuto Social, com certificado do registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Cascavel, Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 432/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica classificada como deficiência visual a visão monocular no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa classificar como deficiência visual monocular no âmbito do Estado do Paraná.

No Brasil, a proteção à pessoa com deficiência é preceito expresso na Carta Magna de 1988. Assim, existe todo um arcabouço legal que descreve os quadros de deficiência física, auditiva, visual ou mental, entre outras. Todavia, as pessoas portadoras de visão monocular não são enquadradas expressamente, em nenhuma dessas normas, ficando à margem da proteção legal. Pelo fato de as pessoas portadoras de visão monocular não serem enquadradas em nenhuma das normas que descrevem os quadros de deficiência física, auditiva, visual ou mental, necessário se faz proporcionar-lhes um amparo legal.

A visão monocular, pela dificuldade de sua definição, pode ser impeditiva para diversas atividades. Podemos afirmar que qualquer limitação de ordem física impõe maiores dificuldades para colocação do disputado mercado de trabalho.

Nesse sentido, o presente instrumento legislativo visa promover um tratamento isonômico com demais tipos de deficiência além de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos portadores da visão monocular.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus; Deputado Scanavaca; liderança de Araucária, Deputada

Rosane; colegas Parlamentares; paranaenses que nos dão a honra de acompanhar as transmissões da Assembleia Legislativa através da Rede MERCOSUL e da TV SINAL.

Eu recebo e-mails, correspondências, contendo os mais diversos temas, os mais variados assuntos, com ideias, sugestões, críticas, e tomo a liberdade aqui de ler um do João Batista:

(Lê):

Deputado Belinati, não sou de Londrina mas sempre admirei o seu trabalho como Prefeito daquela Cidade. Depois que o senhor entregou a Prefeitura, parece que Londrina andou para trás, não? Bem Deputado, sou de Foz do Iguaçu, e como admirador de seus trabalhos na Assembleia fico feliz que ainda tem Deputados como senhor, honesto, sempre foi um bom Prefeito e hoje um bom Deputado. Nós temos três Deputados e não vejo nenhum deles trabalhando em Foz do Iguaçu como o senhor trabalha por Londrina. Aliás, temos só um que diz trabalhar colocando outdoor na Cidade inteira, gastando o dinheiro do povo em propaganda ao invés de ajudar na Saúde e Segurança Pública. Mas vamos ao que interessa: O senhor viu a malandragem do PMDB e PT lá no Senado? Que vergonha esses dois partidos! Foi o que mais meteu a mão no jarro e agora vem o tal Temporão querendo fazer um temporal para nós pagarmos a conta com a ressurreição da CPMF. Obrigado se for atendido por V. Sa. Meu nome é João Batista Jaquinta. Meu endereço é avenida Mário Filho, 106 COHAPAR 3, que há quase 30 anos a SANEPAR ainda não instalou para nós rede de esgoto. Obrigado, Sr. Deputado. Cobre para nós dos Deputados que aí estão.

Alô SANEPAR, um conjunto desses existe há 30 anos e até agora não tem rede de esgoto. Rede de esgoto não dá voto, fica escondido de baixo da terra. Mas se saneamento não dá voto, ela dá qualidade de vida, saúde, vida mais longa para população. Então um apelo à SANEPAR para que, em parceria com a COHAPAR, com o Governo do Paraná, leve o saneamento para esse conjunto habitacional, que é o COHAPAR 3 em Foz do Iguaçu. Obrigado Sr. Deputado, cobre para nós dos Deputados que aí estão. Bom, ele faz uma crítica a mim mesmo.

Chega e-mail me elogiando, dando sugestões para trabalho e o nosso gabinete está sempre à disposição cordial, sempre pronto para atender a nossa população. Às vezes a crítica é até boa, porque você está indo para cá e o povo está indo para outro lado.

Você está na contramão da história por não conversar com o povo, a pessoa que está na vida pública, se ilude que está fazendo algo para o povo e, às vezes não está fazendo nada, ou fazendo coisas que o povo não está aprovando. Um puxão de orelha como o do Sr. João Batista, tem sentido no aspecto que pode ser uma importante contribuição. Como diz o Deputado Mário Roque: "Somos aqui empregados do povo". E para o povo devemos fazer o melhor.

Tenho uma notícia para os formandos da VIZIVALI, mas de 35 mil formandos. Quero parabenizar o Deputado Péricles de Mello que esteve em Maringá com um grupo de formandos da VIZIVALI. Estive presente lá na Câmara de Vereadores de Maringá. O Governador Requião deu uma baita ferrada nos formandos da VIZIVALI, a Casa aprovou o reconhecimento desse curso, mas o Governador Roberto Requião vetou, o veto foi derubado 100% por esta Casa e o Roberto Requião não contente entrou com uma ADIN. Ou seja, um prejuízo total para os formandos da VIZIVALI. Mas, a notícia hoje é boa, em parte, o Governo do Paraná vai resolver essa questão. Qual o caminho que o Governo do Estado está encontrando, para solucionar o problema de mais de 35 mil formandos? Criar uma nova carga horária, ou seja, quem já se formou pela VIZIVALI, para não perder os estudos faria mais 200 horas de estudos. Tem gente que está com emprego na Prefeitura, e vai acabar sendo demitido. Faço um apelo aos Prefeitos, para não demitir os professores que ingressaram no serviço público municipal fundamentado no diploma que receberam da VIZIVALI. Parabéns ao Governador Requião! Parabéns a todos aqueles que contribuíram para solucionar o problema da VIZIVALI!

Fica aqui uma questão que quero levantar: será que esses alunos da VIZIVALI, que já gastaram o que não podiam pagando esse curso durante tanto tempo e depois de pronto não estava valendo nada, será que para fazer de novo mais 200 horas para o Governo do Paraná reconhecer o diploma terão que pagar por esse curso? Espero que não. Não tem cabimento. Acho que o Governo do Paraná, não vai quebrar de proporcionar 200 horas para os formandos da VIZIVALI, mas totalmente de graça, levando em conta que se o curso não era reconhecido, não era legalizado, se o curso não valia nada a negligência foi do Governo do Paraná que errou, que pecou não fiscalizando, não fechando e não encaminhando para uma ação penal os dirigentes da VIZIVALI.

O sentido do nosso apelo é, de um lado, a nossa alegria da coroação das manifestações que fiz, que vários colegas fizeram, defendendo a legalização, o reconhecimento do curso da VIZIVALI, mas que o Governo encontrou uma saída palpável. Não é de todo ruim. Ela só vai ser ruim, ela só vai ser condenável se o Governo quiser meter a mão no bolso dos formandos e cobrar, novamente, por um curso que eles já pagaram. Então, desde já, venho à tribuna para fazer um apelo ao Governador Requião. Parabéns pelo caminho encontrado. Será resolvido o problema da VIZIVALI, mas haverá a nossa dura crítica se o Governo pretender, Presidente Nelson Justus, cobrar desses mais de 35 mil formandos da VIZIVALI para proporcionar mais 200 horas de curso para reconhecer o diploma.

Tem que dar o curso inteiramente grátis porque a falha, a irresponsabilidade foi de quem deveria fiscalizar e não tomou nenhuma providência. O curso funcionou aos olhos das autoridades, e os prejudicados foram os

mais de 35 mil homens e mulheres que pagaram com o maior sacrifício esse curso. Eu ouvi o caso de uma formanda que era doméstica e a patroa, além do salário, dava uma ajuda mensal à ela, que tinha dois empregos de doméstica, em duas casas diferentes, para poder juntar o dinheirinho para pagar a VIZIVALI. Até a patroa ajudou e, de repente, não estava valendo nada.

Portanto, Governador Requião, não cobre nada, não cobre mais nenhum centavo por essas aulas suplementares aos formandos da VIZIVALI, visando o reconhecimento do curso que eles fizeram.

Presidente Nelson Justus, o ilustre e respeitado cidadão João Batista fala em seu e-mail que o Ministro Temporão quer colocar mais dinheiro no caixa do Governo. Agora, é bom lembrar, Deputado Neivo Beraldin, que o Governo não está precisando de dinheiro. O Governo do Lula está dando dinheiro para a Bolívia, está dando 1 bilhão para a Jamaica fazer o metrô. O Governo Lula pegou 5 bilhões e emprestou para o FMI. Sabe Deus, daqui a 100 anos, a 200 anos, esse dinheiro vai voltar para o Brasil, se é que vai voltar. Então, o Governo está com sobra de dinheiro, está arrecadando muito.

Tem muita gente com medo da Polícia Federal, com medo da Receita Federal. Nunca se pagou tanto imposto como agora. Então, para quê o Lula está querendo mais dinheiro? Está aqui: “Nova CPMF promete 3 bilhões para os Municípios.” É mais um ferro que o Governo vai dar em cima do povo! Volto a destacar aqui, Deputado Elton Welter, que sou admirador do trabalho do Presidente Lula. Agora, nas coisas boas. Pegar dinheiro do povo brasileiro; deixar muitos Municípios sem um hospital, às vezes sem nenhuma creche. Tem Municípios aqui que não tem asfalto, tem tanta necessidade ainda, tem os aposentados aí clamando, há tempo, que a aposentadoria está pequena. E o Lula fazer cortesia com o chapéu que não é dele, pegar o dinheiro que é de todo povo brasileiro para dar para a Jamaica fazer metrô, para dar para a Bolívia fazer obras, para dar para o FMI que antes ele combateu tanto, e agora vem o Presidente Lula e dá dinheiro que não é dele, para o exterior.

Nada justifica, meu caro cidadão, João Batista., da Cidade de Foz do Iguaçu, o Governo meter a mão no bolso do povo brasileiro, porque já é muito imposto que o povo paga.

Vai voltar o imposto do cheque e vão meter a mão no bolso do povo. Quem é que vai pagar? Às vezes um favelado, um assentado, o desempregado e o assalariado, porque o empresário não vai tirar o dinheiro do bolso. O que ele recolher de CPMF para o Governo, vai ser reajustado no arroz, feijão, óleo, sal, açúcar. Tudo vai ficar mais caro para os consumidores, em função desta volta do imposto do cheque.

Vale a pena esta Casa, que é do povo, ficar atenta e de olho, para ver quem são os Deputados e Senadores, que terão a coragem para agradar quem está no Poder, em Brasília, de votar, para ferrar e sacrificar ainda mais o povo brasileiro, com a volta da CPMF. Queira Deus que

essa intenção do Governo seja rejeitada pelo Governo Nacional, em benefício do sofrido e judiado povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de lembrar na Sessão de hoje, algumas promessas feitas pelo Governador Roberto Requião, já em 2002, quando foi candidato pela segunda vez ao Governado do Estado e quando ele se elegeu.

Não quero falar do pedágio e nem da Segurança Pública. Quero falar sobre outro assunto, que atinge diretamente as pessoas menos favorecidas pela sorte, ou aquelas pessoas que esperam um teto que possa abrigar a si e a sua família.

Em 2002, o Governador Roberto Requião prometeu a construção de 200 mil casas no Estado do Paraná. Já se passaram três anos e oito meses. O Governador Roberto Requião tem alguns meses. O seu Governo tem ainda um ano e quatro meses. Vamos apresentar alguns números para os senhores e para a imprensa do Paraná. Segundo o site do próprio Governo do Estado, ele entregou até o presente momento 31 mil 807 casas. As Prefeituras têm assinado convênios com a COHAPAR e já foram cedidos à ela 211 empreendimentos, para serem executados. A Prefeitura comprou terreno e cedeu à COHAPAR. Essas obras não foram iniciadas. A COHAPAR alega que é preciso licenciamento ambiental. É lógico que precisa disso. Mas acho que essa licença ambiental deveria ser solicitada antes de a Prefeitura comprar o terreno e ceder para a COHAPAR, senão a Prefeitura compra o terreno, cede à COHAPAR, aí depois o IAP vai chegar lá: “Olha, esse terreno não serve para a construção de conjuntos habitacionais.”

Agora, o que mais nos chama a atenção são os números que falamos: 31 mil 807 casas foram entregues. Nesses 211 empreendimentos estão previstas a construção de 12 mil 962 unidades.

Atualmente, existem em andamento, conforme o site de notícias também da própria COHAPAR, do Governo do Estado, 99 empreendimentos. Destes 99 empreendimentos, Deputado Duílio Genari, totalizam 5 mil 210 casas. Somados com as 12 mil 962 casas, que não foram iniciados, mas o terreno já foi cedido para o Governo do Estado, teríamos algo em torno de 18 mil casas.

Agora, será que o Governo do Estado, em um ano e pouco, vai conseguir 18 mil casas? Somados com as 31 mil casas, em números redondos teríamos 50 mil casas construídas em oito anos. Apenas 25% daquilo que foi prometido em palanque em 2002 pelo Governo do

Estado. E para quem o Governo do Estado prometeu essas casas? Para os eleitores do Estado do Paraná. Ele prometeu essas casas para as famílias carentes que precisam do seu teto e com toda certeza esses eleitores e as famílias que precisam desse abrigo votaram no Roberto Requião em 2002.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

O Deputado Plauto, se vier depois, poderá usar, se desejar, o horário da Liderança da Oposição também.

Se somarmos essas casas, essas 50 mil casas, com aquelas casas tão faladas pelo Governo do Estado, o Governo Federal que vai construir 1 milhão de casas, e para o Paraná estariam destinadas 44 mil 172 unidades. Destas, 32 mil 173 casas poderão ser, os seus projetos, coordenados pela COHAPAR, sendo que 12 mil 202 casas serão construídas na Região Metropolitana de Curitiba, e 19 mil em Cidades com mais de 100 mil habitantes.

Ora, se fôssemos somar todos os projetos encaminhados, os empreendimentos, as áreas já doadas à COHAPAR, mais estas casas que o Presidente da República tem anunciado - Minha Casa, Minha Vida - que totalizam, em números redondos, 44 mil casas, chegaríamos a 100 mil casas, mas sabemos que isto não vai acontecer. Nem o Governo do Estado, nem o Governo Federal vão conseguir cumprir com aquilo que eles prometeram.

Mas quero me ater ao Governo do Estado, que tem brincado, que tem feito promessas fáceis, promessas em vão, mas que os eleitores acabam acreditando. E aí que vem a pergunta que nós políticos, nós Deputados, temos que fazer a nós mesmos: por que os políticos estão tão desacreditados? Porque se fizer uma pesquisa hoje, a classe mais desmoralizada é a política, porque os próprios políticos, num período eleitoral, prometem aquilo que eles sabem que não conseguem cumprir, como é o caso das residências, como é o caso das casas prometidas pelo Governador do Estado do Paraná em 2002.

Eu disse, já se passaram seis anos e oito meses, quase sete anos se passaram e pouco mais e 30 mil casas foram entregues. Quando é que o Governo vai conseguir cumprir isto? Nunca! E nessa parte eu devo, com toda honestidade e com todo respeito, não condenar o Presidente da COHAPAR, Rafael Greca, a quem aqui eu tenho criticado por inúmeras vezes, mas se o Governo do Estado do Paraná não libera, não repassa os recursos para a COHAPAR, é lógico que o Presidente e essa empresa fiquem engessados, ela não consegue construir as casas.

Aqui cabe um parêntese, em 2002, quando Roberto Requião foi candidato ao Governo do Estado do Paraná, Rafael Greca era um pré-candidato ao Governo do Estado pelo PFL, e o PFL em 2002 apoiou Beto Richa para o Governo do Estado e Rafael Greca se elegeu Deputado Estadual pelo PFL. Passado um tempo ele ingressa no PMDB, ingressa no partido do Roberto

Requião, aliás Roberto Requião é um dos seus maiores desafetos na política. Sabemos o que Roberto Requião disse sobre Rafael Greca quando ele era Prefeito, a sociedade do Paraná sabe, o Brasil inteiro sabe o que o Senador, na época, Roberto Requião, disse em relação ao Ministro de Esportes da época, que era Rafael Greca. Palavras que não podemos nem reproduzir aqui na tribuna, mas que foram proferidas pelo Governador Roberto Requião em relação a Rafael Greca quando Ministro de Estado.

Hoje Rafael Greca é Presidente da COHAPAR, é Secretário do Governador do Estado do Paraná, e quem paga o preço pela não construção destas 200 mil casas, muitas vezes, é a própria COHAPAR, mas por uma questão de coerência temos que reconhecer, nós Parlamentares e eu pela minha posição, pela minha postura, pela minha coerência devo reconhecer, dizer, reafirmar de novo: se o Greca não conseguiu, se o Romanelli, quando era Secretário da Habitação, Presidente da COHAPAR, não conseguiu edificar essas casas é porque o Governo do Estado não repassou os recursos para esta Companhia. Não foram só as casas que o Governador prometeu, das 200 mil casas ele iria construir como Governador, foram entregues, volto a dizer, 31 mil 807 casas!

Se não bastasse as casas, a sociedade do Paraná, todos sabem do pedágio: "O pedágio baixa, ou acaba!" Promessa feita na primeira eleição de Roberto Requião em 2002. O pedágio não baixou, não acabou e continua aumentando.

Se não bastassem as casas, se não bastasse o pedágio, veio a eleição de 2006, e o que é que Roberto Requião, candidato a Governador do Estado, disse no Paraná? "Não consigo acabar com o pedágio, mas vou construir as estradas da liberdade." Já se passaram quase três anos do segundo mandato, se passou o primeiro mandato inteiro e o pedágio não acabou, não baixou e continua aumentando! Já se passou quase o terceiro ano do segundo mandato, sete anos de Governo do Estado e as estradas da liberdade não aconteceram e não vão acontecer, porque não há tempo suficiente para construí-las!

A Segurança Pública: quando Roberto Requião se elegeu Governador, em 2002, ele disse - não o Elio Rusch, era Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná - disse: "Vou assumir pessoalmente a Secretaria da Segurança Pública para resolver a questão da Segurança no Estado do Paraná." Pois bem, Roberto Requião assumiu o Governo do Estado, assumiu também como titular da Secretaria da Segurança Pública, não conseguiu dar conta do recado, nomeou um outro Secretário e a Segurança Pública continua um caos no nosso Estado. São esses assuntos, entre tantos outros, que podíamos abordar, mas gostaria de ceder ao Deputado Caíto um aparte, prazerosamente.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Não gostaria de polemizar, mas também, como integrante do partido que está no Governo, não posso dei-

nar de transmitir para a opinião pública acusações que V. Exa. faz na tribuna como se elas fossem absolutamente verdadeiras. A questão de casa popular, que inegavelmente é um problema sério que temos no Paraná, temos todos nos nossos Municípios, construção de casas é o grande desafio não só do Paraná, mas do Brasil, a construção de residências para a população. Mas o processo, Deputado Elio Rusch, de construção de habitação, alterou-se com o passar do tempo. Veja que os recursos públicos de bancos federais destinados às empresas de construção dos Estados foram minguidados para que se pudesse ter um plano nacional contemplando o Brasil inteiro. Hoje é uma dificuldade muito maior que o Estado possa ter recursos destinados do BNDES, de bancos federais, por quê? Porque o Governo Federal tem um programa que atinge, participa e constrói para as pessoas de baixa renda que não têm casa dentro do Estado do Paraná.

Acredito, como V. Exa., que precisamos aumentar o processo de construção. Os Municípios com mais de 100 mil habitantes estão buscando soluções, como consórcios municipais, para a construção de casas e superar a barreira das 100 mil. Talvez o assunto que V. Exa. coloca, que se reflete realmente na população, é esse.

Agora, Deputado Elio Lino, pedágio, não há como negar que o Governo do Estado manteve e mantém ações na Justiça contrárias ao pedágio. Não gosto de ser radical na resposta. Mas veja quão bem feita foi a lei que V. Exas. fizeram quando estavam no Governo e implantaram o pedágio no Paraná, que de tão articulada a lei que criou, V. Exa., inclusive aqui na Assembleia, até hoje não se pode desfazer esse contrato firmado pelo Estado do Paraná pelo então Governo que V. Exa. pertencia. Até hoje não conseguimos derrubar esse contrato.

No que diz respeito à Segurança Pública, da mesma forma.

Agradeço ao Deputado Nelson Justus por estar permitindo esta conclusão. Poderemos falar sobre isso em outra oportunidade, não quero roubar o final do seu tempo na tribuna.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Caíto Quintana. Com toda certeza são assuntos que nas próximas Sessões poderemos debatê-los.

Ora, o Governador Roberto Requião é um jurista, é formado, é bacharel em Direito, um brilhante advogado que conhece a legislação melhor do que qualquer um de nós Parlamentares. Quando ele foi candidato estava ciente do contrato. Aliás, não é a lei que tem amarrado as concessões, é o contrato. A Assembleia Legislativa autorizou o Governo do Estado a incorporar as rodovias federais e implantar o pedágio. Agora, quem amarrou foi o contrato e a própria legislação que temos no Brasil. E isso não foi votado pela Assembleia. Quem fez isso foi o Governo, Jaime Lerner e os Secretários dos Transportes que passaram na época.

Agora, sobre os pedágios, sabemos que existem muitas ações na Justiça e vai ficar um passivo muito grande para o Governo do Estado, não só do pedágio, mas da SANEPAR, os portos, os transgênicos, a UEG Araucária, que já pagamos meio bilhão de reais por rompimento do contrato. O passivo que se deixa é muito grande e esse não podemos negar, de forma alguma.

Volto a dizer, as 200 mil casas não foram prometidas, nem pelo Romanelli e nem pelo Rafael Greca; elas foram prometidas por Roberto Requião. Ele ia construir 200 mil casas e até hoje apenas 30 mil casas foram entregues para os coitados que precisam de teto. É lamentável. Espero que os eleitores no ano que vem, quando teremos eleições, não votem no discurso, mas votem em pessoas que vocês possam confiar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente e no horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Hoje é um dia muito especial para 35 mil professores do Paraná que realizaram o curso pela VIZIVALI. Acho também que é um dia muito especial para mim, como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, que há mais de dois anos acreditei na possibilidade real de registrar esses diplomas, uma causa justa. Um dia especial para todos os Deputados e para esta Casa, que tenho certeza que além dos professores que lutaram, não se entregaram, se organizaram, esta Casa também comemora a grande vitória que aconteceu, que foi anunciada hoje. O papel da Assembleia Legislativa foi extraordinário. Foi a ação da Assembleia que deu visibilidade para esse problema. Hoje, praticamente toda a população paranaense conhece e torce por uma solução para esses professores.

Conversamos na manhã de hoje com a professora Eunice, uma liderança importante que se manifestou na grande assembleia realizada em Francisco Beltrão, com mais de 4 mil professores presentes. Ela me dava a informação, em primeira mão, que o IFET do Paraná acabava de fechar uma proposta de solução para esse grave problema.

Na verdade essa proposta vem sendo estudada desde a assembleia em Francisco Beltrão. As lideranças lá formadas, depois em conversa com Carlos Moreira, no gabinete do Governador, o Reitor do IFET, participou também a VIZIVALI, participamos, foi proposta ao IFET uma solução, e que ficou de estudar.

Não nos manifestamos muito nessa Casa, por pedido das lideranças, que ficássemos quietos em função das pressões enormes que aconteciam contra uma solução para esse problema que todos sabemos.

Falamos poucas vezes sobre isso, mas estávamos ansiosos aguardando essa solução, e ela finalmente acon-

teceu. O IFET propôs aquilo que pode ser chamado de validação dos estudos ofertados no programa VIZIVALI. Realizará uma complementação, que é justa, de 200 horas/aulas. Depois, conversamos com o próximo IFET e a expectativa é que essas 200 aulas semipresenciais possam, somando o ensino à distância mais a presença em sala de aula, tenham 15 dias de presença efetiva em sala de aula. O IFET consegue realizar essa tarefa grandiosa, que são 35 mil professores dos mais diversos rincões dos Municípios do Paraná, porque é uma estrutura que está disseminada em todo o Estado, em vários *campus*, inclusive Curitiba, Londrina, Medianeira, Telêmaco Borba, Paranaguá e Umuarama. Então, essa estrutura ampla do IFET vai facilitar essa solução imediata para esse caso.

Depois conversei com a professora Eunice, liguei para o Governador Roberto Requião e ele me relatou que já tinha gravado uma entrevista na TV Educativa, ao lado do Chefe de gabinete, ex-Reitor da Federal do Paraná, Carlos Moreira, e do Reitor do IFET do Paraná, Alípio Santos Leal Neto.

Sentei ao computador com o meu assessor de imprensa e redigimos um comunicado para as milhares de pessoas que temos o e-mail e mantivemos um contato permanente nos momentos bons, de vitória, nos momentos de derrota, nessa empreitada tão importante para o Paraná.

Gostaria de ler desta tribuna o comunicado que emiti depois da conversa que tive com a professora Eunice e o Governador para todos os professores.

(Lê):

“Vitória: diplomas da VIZIVALI serão reconhecidos

Acabamos de ser informados pelo Governador Roberto Requião e pelo Instituto Federal Tecnológico do Paraná (IFET), que foi fechada uma proposta definitiva para resolver o problema que afeta cerca de 35 mil professores que fizeram o Curso Normal Superior da VIZIVALI em todo o Paraná. Essa informação veio logo após conversa que tivemos, sobre o mesmo assunto, com a professora Eunice Alberton, representante dos professores da Região Sudoeste.

O IFET vai oferecer uma complementação de 200 horas-aula, validando os estudos já ofertados no programa da VIZIVALI. A proposta é de que os alunos façam as disciplinas de LIBRAS e de avaliação dos impactos da Provinha Brasil, e a previsão é de que a complementação seja feita em até 15 dias. Logo após a realização de uma grande assembleia realizada em Francisco Beltrão, em maio, com a participação de cerca de 4 mil professores, foi solicitado ao IFET pela própria VIZIVALI e por várias lideranças do nosso movimento, que realizasse um estudo no sentido de encontrar uma alternativa para esse problema que se arrasta há vários anos.

Devido a interesses e conflitos relativos à validação dos diplomas, foi decidido somente anunciar essa solicitação ao IFET, quando a solução estivesse definitivamente consolidada. Fato que se deu no dia de hoje.

O Governador Requião, informou-me pessoalmente que gravou entrevista para a TV Educativa, que irá ao ar ainda hoje, explicitando a proposta que será encaminhada ao Ministério da Educação. O Governador já conversou por telefone com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, que teria manifestado a sua concordância sobre a proposta apresentada.

Essa vitória deve ser comemorada por todos, mas deveremos nos manter vigilantes e mobilizados até que seja oficializada pelo Ministro Fernando Haddad.

Os professores sabem que tal conquista é resultado de um longo esforço de praticamente dois anos, período em que, por meio da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a qual presido, e com o apoio de milhares de professores que fizeram o curso, de lideranças que se juntaram nessa luta e de vários Parlamentares, realizamos diversas ações: aprovamos, por unanimidade, projeto de lei de minha autoria, para que os diplomas fossem registrados; também, por unanimidade, derrubamos o veto apostado pelo Governo do Estado; realizamos várias audiências no MEC em Brasília; também promovemos Audiências Públicas na Assembleia Legislativa; e aprovamos moções de apelo entregues ao Ministro Haddad e ao Presidente Lula.

Como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, continuo ao lado dos professores nessa luta, que agora comemoramos com essa vitória, e quero colocar o meu mandato à disposição de todos para prestar qualquer informação sobre o andamento do caso.”

Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer o papel que a Assembleia representou nesses dois anos. É importante destacar isso. Temos aqui o relatório completo do que aconteceu nesses dois anos.

Lembrar, Deputado Zucchi, que apresentamos um projeto depois da conversa que tivemos com a Secretária Lygia e o Deputado Romanelli. Inicialmente a nossa estratégia era aprovar a validação dos diplomas pelas instituições do Paraná de ensino superior, para aqueles professores que estavam em sala de aula, para não entrar em conflito com o auxílio-educação.

No transcorrer do projeto, o Deputado Caíto apresentou um substitutivo. Toda Assembleia concordou, por unanimidade, com o argumento do Caíto, que todos, estando ou não em sala de aula, fizeram exatamente o mesmo curso. Eu também concordei e esta Casa aprovou sem nenhum voto contrário. A Oposição ao Governo também votou a favor, por unanimidade, e assinaram o projeto comigo vários Deputados, não só do Sudoeste. Foi uma aprovação bonita, por unanimidade. Aconteceu isso em dezembro de 2007.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

(Lê):

Ações em 2009

10 de fevereiro - Requerimento aprovado da Assembleia solicita que Governador Roberto Requião (PMDB) e a Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde, determinem a nomeação de professores aprovados no concurso do Estado de 2007 ou no Processo Seletivo Simplificado (PSS), enquanto aguardam a regularização dos diplomas do Programa de Capacitação para Docentes, ofertado pela Faculdade VIZIVALI em parceria com a empresa Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE).

11 de fevereiro - Secretaria de Estado da Educação anuncia que parte dos professores que concluiu o Programa de Capacitação para Docentes, ofertado a partir de 2003 pela Faculdade VIZIVALI, em parceria com a empresa IESDE, e aguardam pela regularização dos diplomas, poderão participar do Plano de Ações Articuladas para Formação de Professores, do Ministério da Educação (MEC). Trata-se de um novo curso para receber o diploma de Pedagogia.

11 de fevereiro - Em defesa dos Prefeitos, para que não sejam penalizados pelo Tribunal de Contas do Estado, o Deputado Péricles e o grupo que estuda uma solução para o caso, participaram de uma audiência, na última quarta-feira, dia 11, com o Presidente do Tribunal, Conselheiro Hermas Brandão. O objetivo é apoiar os Prefeitos para que não demitam os professores e deem mais um prazo para que apresentem os diplomas.

07 de abril - Péricles solicitou, por meio de requerimento aprovado na Assembleia confirmação da Secretaria de Estado da Educação, se aceita o certificado de conclusão da complementação da UCB, como documento comprobatório para os professores assumirem cargos em concurso público do Estado ou no processo de Seleção Simplificado.

05 de maio - Deputados Estaduais derrubaram, por unanimidade, o veto apostado do Governo do Estado ao projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello (PT), que determina o registro dos diplomas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Estadual do Centro do Paraná (UNICENTRO).

15 de maio - Péricles participa em Francisco Beltrão, na Região Sudoeste, de uma mobilização promovida por professores da região.

21 de maio - Lei Estadual nº 16109, promulgada pela Assembleia Legislativa do Paraná, é publicada no Diário Oficial Executivo do Estado, data em que entrou em vigor. A lei determina o registro dos diplomas pela UEPG e UNICENTRO.

25 de junho - Governo do Estado protocola Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a lei estadual que garante o registro dos diplomas aos participantes do programa.

30 de julho - Péricles participa de mobilização realizada em Santa Tereza do Oeste, Município próximo a Cascavel, que reuniu cerca de 300 professores da Região

Sudoeste e Oeste do Paraná, lideranças políticas, Secretários Municipais de Educação e Vereadores.

11 de agosto - A Assembleia Legislativa aprova requerimento solicitando que o Tribunal de Contas (TC) do Paraná não aplique qualquer medida de orientação, punição ou advertência às Prefeituras que mantêm contratados professores formados pelo Programa de Capacitação da Faculdade VIZIVALI.

Projeto de Lei

No final de dezembro do ano passado, a Assembleia aprovou projeto de lei do Deputado Péricles, determinando que a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e a UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro do Paraná) registrassem o diploma para cerca de 10 mil professores com vínculo empregatício comprovado no início do programa, conforme requisito do Conselho de Educação.

O projeto recebeu um substitutivo geral do Deputado Caíto Quintana (PMDB), que, ao relatar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), estendeu o benefício a todos os professores que concluíram o programa da VIZIVALI. No entanto, o substitutivo geral aprovado pelos Deputados foi vetado pelo Governo do Paraná, sob a alegação de inconstitucionalidade.

Ações em 2008

27 de fevereiro - Criação da Comissão Especial em grande audiência, com mais de 500 professores de diversas regiões do Estado e com a presença de representantes do Conselho Estadual de Educação; da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME/PR), da Secretaria da Educação do Paraná; do Ministério Público Estadual; da direção da VIZIVALI; da empresa Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino - IESDE; do Ministério da Educação (MEC); da Associação dos Municípios do Paraná (AMP); do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato).

4 de março - Audiência com o Presidente do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Conselheiro Nestor Batista em defesa dos Prefeitos que contrataram professores formados pelo Programa do IESDE/VIZIVALI.

Objetivo - Buscar uma solução junto à Diretoria de Contas Municipais (DCM) do TC e ao Ministério Público Estadual para que os Prefeitos não fossem penalizados, até a regularização da documentação dos professores contratados.

Dos 399 Municípios do Paraná, aproximadamente 300 estão enfrentando problemas em legalizar os cargos e novos contratos de professores concursados que se encontram irregulares devido à falta do documento.

18 de março - Adia a apreciação do veto do Governo do Estado ao projeto de lei que determina o registro dos diplomas pela Universidade Estadual do Centro do Paraná (UNICENTRO).

26 de março - Comissão Especial participa da primeira reunião no MEC com o Coordenador Geral de Orientação e Controle da Secretaria de Educação Superior do Ministério, Jorge Augusto Pereira Gregory.

27 de março - Reunião na Consultoria Jurídica do MEC.

15 de abril - Reunião da comissão especial com o Secretário da Educação à Distância do Ministério da Educação - Carlos Eduardo Bielschowsky.

22 de abril - Assembleia Legislativa aprova Moção de Apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que reconheçam a criação do programa autorizado pelo Conselho Estadual de Educação.

12 de maio - Deputado Péricles entrega, em mãos, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, uma cópia da Moção de Apelo aprovada pela Assembleia, com o apoio de todos os Parlamentares, pedindo uma solução para o caso.

2 de junho - Reunião com o Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião; com o Presidente do Conselho Estadual da Educação, Romeu Gomes de Miranda e com o Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Mário Portugal Pederneiras.

9 de julho - Deputado Péricles convoca reunião, na Assembleia Legislativa, com Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião e representantes da Comissão Especial criada para defender o caso.

Proposta: Defender junto ao MEC a conclusão preliminar da Secretaria de Educação a Distância do Ministério, autorizando o Conselho Estadual de Educação do Paraná a promover mecanismos que viabilizem, junto às instituições de ensino superior a convalidação dos estudos dos professores que concluíram o programa da VIZIVALI.

A Secretaria de Estado da Educação apoia a proposta do Governo Estadual firmar uma parceria com o MEC para, em conjunto com instituições de ensino superior no Paraná, encontrar medidas legais de validar os diplomas.

26 de agosto - Audiência no Ministério da Educação com o Secretário de Educação a Distância, Carlos Eduardo Bielschowsky. Ficou definido que o Conselho Estadual de Educação do Paraná vai providenciar um levantamento da totalidade e distribuição de alunos que concluíram o programa. Esse mapeamento servirá para o MEC estudar os meios legais e necessários para a regularização dos diplomas.

5 de novembro - Audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Ficou determinada a formação de uma comissão formada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná, Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC), para determinar como será realizada a complementação pedagógica dos professores. Haddad também colocou a Secretaria de Ensino Superior do MEC à disposição para acompanhamento do processo.”

Nesse momento o MEC negou que o PARFOR pudesse ser usado para registrar os diplomas. Então pas-

samos a defender a derrubada do veto do Governador Requião, porque avaliávamos naquele momento que tinha esgotado a nossa relação com o Ministério diante da negativa do Ministro. Fizemos uma Sessão histórica nesta Casa, que por unanimidade o veto foi derrubado.

Dia 5 de maio os Deputados derrubaram o veto do Governador.

Pois bem. Acho que isto mostra o papel que esta Casa desempenhou neste processo.

Quero agradecer, por ser um dos apresentadores do projeto de lei, como Presidente da Comissão de Educação, a todos os Deputados, parabenizar a Assembleia Legislativa. Chegamos, feliz e finalmente, a uma solução. Parabenizar também os esforços, particularmente do Reitor Alípio dos Santos Leal Neto, que não mediu esforços neste sentido. E também ao Governo do Estado, que depois que derrubou o veto propôs uma solução junto ao Governo Federal, e foi finalmente conquistada esta solução. Parabéns principalmente aos 35 mil professores que moram em todos os cantos do Paraná, por esta grande vitória.

Peço desculpas aos Deputados por não ter dado apertes. Era muita coisa para falar. Tanto que meu tempo se esgotou. Mas, quero parabenizar o Deputado Chico Noroeste e a todos os Deputados, mas esta vitória é de todos nós e todos devemos comemorar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Professor Lemos.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT) (Pela Ordem)

Gostaria de convidar a todos os Deputados que fazem parte da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, já distribuimos os convites nos gabinetes dos Deputados, nos dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro vai acontecer o Encontro Regional-Sul dos CONSEAS. Querria reforçar este convite a todos os Parlamentares que queiram participar deste encontro. É um encontro bastante importante, que vai dar as diretrizes da questão da segurança alimentar no nosso País. Principalmente com relação à Região Sul.

Então, fica aqui o convite a todos. E me somar ao pronunciamento do Deputado Péricles de Mello, no sentido de parabenizar a todos os alunos e professores da VIZIVALI por esta brilhante conquista. E a todos os Deputados, sabemos que foram inúmeros os Deputados que participaram desta luta.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, visitantes, imprensa, nossos telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL; queremos neste momento também cumprimentar a todas as lutadoras e lutadores da defesa da regularização dos diplomas da VIZIVALI para mais de 35 mil estudantes no Estado do Paraná.

Cheguei aqui como Presidente da APP, em 2006, pedindo apoio dos Srs. Deputados aqui na Assembleia, junto com vários estudantes desesperados, com Prefeitos, Vereadores, e aqui nesta Casa todos os Deputados, sem exceção, acolheram nossas reivindicações. E o Deputado Péricles de Mello, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, assumiu com muita maestria, com muita boa vontade a coordenação de uma comissão que aqui nesta Casa, após Audiência Pública, foi formalizada.

E nós, enquanto representante dos trabalhadores da Educação, integramos essa comissão, assim como o Deputado Péricles de Mello, outros Deputados Estaduais, também Deputados Federais, Senadores, Prefeitos, Vereadores e uma representação importante dos estudantes que fizeram curso da VIZIVALI. Uma luta de longa data que hoje estamos vislumbrando solução, que vem com o Instituto Federal de Educação, Instituto este que o Presidente Lula, em dezembro do ano passado, inaugurou no Paraná. Ele transformou a Escola Técnica da Federal em um Instituto, que é na verdade uma Universidade Federal Profissionalizante. Aliás, até 2010 teremos cinco Universidades Federais no Paraná, porque ontem o Senado aprovou, por unanimidade, a implantação da Universidade da Fronteira Sul, sendo que um *campus* vai ficar em Realeza e um outro *campus* em Laranjeiras do Sul, todos no Paraná.

Recentemente também tivemos a aprovação da UNILA, que será instalada em Foz do Iguaçu, a Universidade Federal que integrará a América Latina. E o nosso Instituto, que era a Escola Técnica e hoje é Instituto, assim como o CEFET, que era escola técnica e se transformou, pelas mãos do Presidente Lula, a partir de 2003, em Universidade Técnica. Isso é muito importante!

Então, um dos objetivos do Instituto é formar professores e nós, com essa necessidade que temos de complementar esse curso aos 35 mil estudantes, será excelente para o Instituto, que inaugura com mais de 35 mil estudantes na área da Educação. Será excelente para os nossos professores e vai ser ótimo para os estudantes, que precisam de professores valorizados e estimulados nas salas de aula. Mais de 390 Municípios do Paraná estavam enfrentando esse problema, que agora vislumbra uma solução.

Quero, então, enaltecer o trabalho de toda a comissão, quero destacar o trabalho do Deputado Péricles, que à frente da comissão foi conosco em vários lugares do Estado e em Brasília, fez um esforço muito grande, percorreu o Estado, colocou o gabinete do mandato à disposição e nós então, estamos vislumbrando o sucesso desse trabalho, que foi um trabalho conquistado por várias mãos, por várias pessoas.

Quero também aqui, neste momento, falar que o Governo acabou de tornar obrigatório, no dia de ontem, o ensino médio, que é a última etapa da educação básica. Uma PEC que apresentamos aqui na Assembleia, assinada por 37 Deputados, de nossa autoria, combina com o que foi aprovado no plano nacional.

Por que é importante tornar obrigatória essa última etapa da educação básica? Para que tenha transporte para esses estudantes, para que tenha biblioteca, para que tenha laboratório, para que tenhamos, além das vagas para todos os jovens que precisam estudar no ensino médio, tenhamos a garantia de que ele vá se matricular, vá permanecer e vá sair da escola com sucesso. Por isso quero pedir ao Presidente Nelson Justus o apoio para que essa PEC que apresentamos seja aprovada aqui no Estado do Paraná, combinando com o que já está determinado no plano nacional: que o ensino médio seja obrigatório no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, também queria parabenizar o Deputado Péricles, a Comissão de Educação e toda a Casa, que se empenhou nessa luta, especialmente o professor Péricles e o professor Lemos. Dizer que vale a pena lutar. As lutas são demoradas muitas vezes, Péricles, e quero lhe parabenizar pela insistência, por toda essa agenda que você passou dos trabalhos que culminaram nesse resultado positivo, onde o Instituto Tecnológico vai validar os diplomas desses 35 mil professores. Sei que esta Casa, por unanimidade, acreditou nisso e você conduziu bem, assim como outros Deputados que acompanharam muitas Audiências pelo Estado. E as lutas são complexas, são difíceis, e as batalhas são duras.

Vim, no dia de hoje, fazer uma crítica ao Ministro Stephanes, porque ele tomou uma posição que não quer corrigir o índice de produtividade nas propriedades para a questão da reforma agrária. Desde 1980 está parado o índice de produtividade. O índice é daquela época, faz 30 anos já, e o Brasil mudou, a produtividade aumentou, quase que dobrou em todos os produtos, as tecnologias novas e assim por diante. E o nosso Governo, o Ministro Cassel já tomou posição clara a favor de melhorar o índice de produtividade. É uma visão de inclusão social, não é uma visão contra fazendeiro. Pelo contrário, quando há um acordo, ou haverá uma desapropriação, é bem remunerada a terra dos fazendeiros. Então me parece que há um equívoco por parte do Ministro.

Espero que o Presidente Lula valide os índices de produtividade para contrair essa posição do Stephanes, que sentiu-se pressionado pela Bancada Ruralista e por setores do seu partido, do PMDB. Eu, como Vice-Líder da Bancada do PT, queria que o Ministro repensasse, é um momento importante para revermos os índices de produtividade no País para fins de reforma agrária para diminuir o conflito social.

Aqui no Paraná, para que vocês tenham uma ideia, não existe mais propriedades do ponto de vista que não atenda o interesse social, em função dos índices que são baixos. Com os dados que estão em estudo, apenas 2% das propriedades do Paraná seriam passíveis de desapropriação.

Então, vejam só, é importantíssimo isso para o País, e temos clareza de que nos últimos anos com as políticas, com o crédito rural, com o Programa Luz para Todos, diminuímos o êxodo rural do pequeno produtor rural do sítio. Ele está ficando na roça. Isso ajuda muito a Cidade, os cidadãos urbanos. Portanto, diminuir os conflitos rurais é um desafio do nosso Governo, foram criadas muitas políticas e comemorado nesta semana a quantidade de recursos liberados via Banco do Brasil via SICREDI, via CRESOL, que fomentam a agricultura paranaense. E naturalmente trabalhar no sentido de diminuir os conflitos agrários.

É uma posição minha, da minha bancada, e seria salutar que o Ministro revisse essa posição e recomendasse que, de fato, fosse melhorado o índice de produtividade para fins de reforma agrária.

Outro dado importante, Sr. Presidente, que parece é uma contradição, que sempre tentam dizer que o setor público é mais ineficiente do que o setor privado. Essa é a impressão, essa é a tese que é vendida para a sociedade, como se o Estado fosse sempre mais ineficiente que o setor privado. E o IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, fez um estudo de produtividade dos dois setores, do público e do privado, entre os anos de 1995 até 2006, e para a curiosidade de todos o índice de produtividade em todos os anos do setor público é maior do que o setor privado. Uma metodologia técnica aplicada, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Então, quebra-se com esse levantamento, com esse estudo, aquilo que parece praxe, que o setor público sempre é mais ineficiente que o setor privado. E aconteceu o contrário, caros Deputados, e isso de certa forma acabamos comprando uma tese que muitas vezes é falsa. Portanto, vejo que com isso se quebra uma voz corrente de que o setor privado é mais eficiente do que o setor público.

Então, esse estudo é muito importante, vale a pena dar uma olhada, e está à disposição para quem quiser ver, conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pequeno Expediente ainda, última oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Amanhã sigo a Brasília, onde terei a responsabilidade de representar esta Casa na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Vou com muita energia, acredi-

tando que poderemos lá, juntamente com os demais Estados da Federação, construir as diretrizes para um Plano Nacional de Segurança Pública. Teremos lá seis eixos de discussão. São eles: a gestão democrática; o controle social e externo; integração e federalismo; financiamento e gestão da política pública de Segurança; a valorização profissional e otimização das condições de trabalho; a repressão qualificada da criminalidade; a prevenção social do crime e das violências; construção da cultura da paz; as diretrizes para o sistema penitenciário e as diretrizes para o sistema de prevenção e atendimentos emergenciais à acidentes. É a primeira vez que se convoca uma Conferência Nacional. Há um grande movimento em busca de cobrança de medidas de Segurança no nosso País.

O nosso Estado tem uma taxa, hoje, 26,7 homicídios para cada grupo de 10 mil habitantes. É colocado entre os 10 Estado mais violentos do Brasil. O sistema penitenciário passou de 6,5 mil vagas para 14 mil vagas, um investimento necessário para desarmar o barril de pólvora, que são as delegacias superlotadas. Mas, mesmo assim, não nos sentimos seguros e precisamos discutir a Segurança como um todo. Várias vezes subi nesta tribuna para discutir Segurança Pública, como muitos outros Parlamentares assim o fizeram.

Vejo o Deputado Chico Noroeste me ouvindo e sabe do que estou falando, sabe que hoje Foz do Iguaçu carrega a pecha de uma das Cidades de maiores índices de violência do Brasil, a Cidade de maior taxa de homicídios de jovens do Brasil. É isso que vamos discutir lá. Em conjunto, criar uma grande política nacional de enfrentamento à essa questão. Tenho uma visão global a esse respeito. Não se faz Segurança Pública só com Polícia, só com equipamentos; precisamos de todo engajamento da sociedade. Acredito que se faz Segurança Pública com educação, com cultura, com arte, com oportunidade de trabalho, emprego e renda, e é isso que quero defender também lá em Brasília.

Para finalizar, quero chamar a atenção em duas questões: a primeira é que, na sexta-feira estarei em Brasília, infelizmente não poderei estar aqui quando da vinda da Senadora Marina Silva ao Paraná. Ela estará, na sexta-feira, juntamente com o Sr. Leonardo Both, na Bienal do Livro, que acontecerá no Teatro Positivo. Será uma grande oportunidade para muitos paranaenses ouvirem e conhecerem um pouco mais da nossa Marina Silva. E também quero oficializar que participarei, no domingo pela manhã, em São Paulo, se tudo correr como está previsto até este momento, da filiação da Senadora Marina Silva no nosso partido, o Partido Verde, que deve ocorrer no próximo domingo, às 10h da manhã, na Cidade de São Paulo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, telespectadores da TV SINAL.

Indiscutivelmente, a tarde de hoje é bastante feliz para a Assembleia Legislativa do nosso Estado. Em anos passados, Sr. Presidente, tivemos um problema afligindo o Estado do Paraná no que diz respeito a um curso realizado por uma universidade instalada em Dois Vizinhos, que foi a faculdade onde estudaram os alunos que participaram de um curso à distância. Foram 35 mil alunos. Esses alunos fizeram inscrição, pagaram mensalidades, tiveram despesas de viagem, tiveram seu tempo ocupado na escola e, após a conclusão do curso, passaram a ter problemas com o registro dos seus diplomas.

Além do aluno prejudicado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, passamos a ter no Estado do Paraná, e teríamos seguramente muito mais, no curso dos anos, uma situação que faria com que as Prefeituras Municipais tivessem problemas nas suas prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado. Por quê? Porque com o fornecimento de certificado de conclusão do curso muitos Prefeitos, nos concursos que fizeram para professores municipais, aceitaram a inscrição desses alunos que, aprovados no concurso, passaram a fazer parte do quadro de professores municipais e não tinham e não tem, até o presente momento, seu diploma registrado.

Outros Municípios, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, fizeram progressão desses professores dentro do quadro da Prefeitura Municipal. Professores que estavam lecionando, tiveram progressão de carreira pela conclusão do curso e as Prefeituras não tinham como justificar junto ao Tribunal de Contas essa progressão. Essa preocupação sempre foi levantada pela VIZIVALI em conversas com a Secretária Lygia e com o professor Romeu que representava, à época, o Conselho de Educação do Paraná. Foram feitas visitas e viagens a Brasília para conversar com o Ministério da Educação. E esse problema ficou à margem de uma solução pela simples resposta de que esses alunos tinham feito um curso à distância que era irregular.

O Deputado Péricles de Mello, à época, apresentou um projeto, nesta Casa, para que fossem registrados os diplomas daqueles professores que, quando do início do curso, eram funcionários de escolas municipais, eram professores municipais já contratados, tendo que apresentar para o registro dos seus diplomas a cópia do decreto de nomeação, o holerite de pagamento, os documentos que comprovassem que eles já eram professores municipais. Esse projeto foi por mim relatado na CCJ, e entendo que alunos que fizeram o mesmo curso, pagaram o mesmo preço e tiveram a mesma carga horária, não seria justo que parte deles, aliás, uma parte bem menor, pudesse registrar o seu diploma e os demais não pudessem.

Fiz um substitutivo geral, dizendo que todos os alunos que fizeram o curso, mediante apresentação do certificado, única e exclusivamente de conclusão, pudessem registrar os seus diplomas através das Universidades Estaduais do Estado do Paraná. Esta Assembleia Legislativa, por unanimidade, aprovou esse substitutivo geral, que teve um veto do Governador. V. Exa. teve uma participação muito importante em favor dos professores, porque esse veto ficou aguardando para ser colocado em pauta, enquanto fazíamos reuniões e mais reuniões no Estado do Paraná, tentando sensibilizar as autoridades competentes do plano federal, para que reconhecessem esses diplomas. Quando não foi mais possível uma resposta favorável, derrubamos o veto aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Cumprimentar o Deputado Caíto, por todo o seu empenho, inclusive para que essa lei fosse aprovada aqui na Casa, com a alteração que ele trouxe. Porque ele sabidamente entendia que se abandonássemos os outros professores, iríamos perder pelo caminho mais de 20 mil estudantes da VIZIVALI. Cumprimentá-lo pela sua coragem ao ter enfrentado o debate naquele momento e ter apresentado aquela emenda.

Aproveitar para trazer uma informação que tanto eu, como o Deputado Péricles, quando falamos, acabamos deixando de citar. Hoje, às 14h tivemos uma reunião que foi muito boa, com o Presidente do Tribunal de Contas, o ex-Deputado Hermas Brandão. Ficou acertado que a APP-Sindicato, através de sua presidente, amanhã de manhã irá protocolar um ofício, solicitando ao Tribunal o sobrestamento de toda e qualquer manifestação do Tribunal, de processos administrativos, até que esses colegas, professores, façam a complementação através do instituto e tenham a conclusão. Por que isto? Para tranquilizar os Prefeitos, que estão preocupados, porque alguns técnicos acabam divulgando, mesmo que verbalmente, o entendimento de que eles poderão ser punidos. Há Prefeitos rebaixando professores de nível, querendo demitir professores que foram contratados a partir de concurso público com esses diplomas. Estamos propondo aos Prefeitos que eles não cometam nenhuma injustiça com os professores, que os mantenham onde eles estão e que isso será corrigido, logo, logo e portanto eles não sofrerão nenhuma punição.

Esta é a contribuição que gostaria de dar ao seu pronunciamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Agradeço o seu aparte e o incorporo no pronunciamento.

Dizer, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que se faço esse preâmbulo é para valorizar a participação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, muitas e

muitas vezes criticada e desacreditada, mediante a opinião de alguns. A Assembleia tem, sim, trabalhos importantes a serem feitos. A Comissão de Educação, através do Deputado Péricles, manteve vigilância permanente com os seus integrantes da comissão, com 54 Deputados desta Casa, que nunca tiveram qualquer titubeio em apoiar esse projeto, mesmo quando necessário derrubar um veto, para que buscássemos uma solução, porque são 35 mil estudantes, que estamos dando o quê a esses professores? Estamos dando um cargo, uma função, estamos garantindo-os como professores escolares?

Não, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Apenas está se reconhecendo seu diploma para que eles se habilitem a fazer um concurso público com os outros professores formados, muitas e muitas vezes com frequência escolar. Não significa que o reconhecimento desses professores, dos seus diplomas, seja uma imposição para que eles possam lecionar. Não. Está lhe dando o direito de participar em igualdade nos cursos que serão feitos para melhorarmos o magistério do nosso Estado do Paraná, que até bem recentemente estavam sendo aulas ministradas, muitas e muitas vezes, por professores que não tinham qualificação para a função.

O Governador Requião coloca, Deputado Belinati, que a solução apresentada é através do PROVAR, que é um programa de ocupação de vagas ociosas na Universidade Federal do Paraná. Então, pelo Instituto poderá ser complementado, possivelmente, em 200 horas, o currículo para que esses professores possam fazer o registro. *Data vênia*, não é aquilo que buscávamos. Nós buscávamos o reconhecimento imediato pela conclusão do curso. Houve propostas de dois anos a mais, que nenhum de nós aceitou, a comissão da Assembleia não aceitou, os Parlamentares não aceitaram.

Agora, 200 horas para solucionar um problema que está trazendo transformo a 35 mil professores, é um fato que eu acredito aceitável por esses professores estudantes, porque é um tempo relativamente curto, aproximadamente 30 dias, dá para fazer esse curso e regulamentar o diploma.

Agora, queria colocar a V. Exa. que uma das preocupações, na busca da solução, é que este curso não tenha custas para os estudantes, porque tem que se ressaltar também que embora tenha tido um veto do Governo do Estado ao nosso projeto de lei, nada tem a ver como Governo do Estado esse curso que foi feito. Ele foi feito numa escola particular, numa faculdade particular; não foi atribuição do Estado, da Secretaria da Educação do Estado, o Estado não entrava, portanto, nesta discussão, e não se pode politizar esse assunto, porque até o presente momento, o que fez a Assembleia Legislativa, o que fez a Comissão de Educação foi buscar solução, tanto que os 54 Deputados, independente dos seus partidos, sempre foram solícitos nos instantes em que tivemos que, ou fazer reuniões, ou debater na Casa, ou fazer Audiências Públicas em busca dessa solução.

O professor Alípio Santos Leal Neto, que é o Reitor do Instituto Federal, diz que este curso deverá estar à disposição da comunidade em 2010, e os professores interessados poderão buscar essa solução nesse programa do PROVAR e buscar junto à universidade, pode ser através do site www.ifpr.edu.br, porque haverá uma divulgação da forma que esses professores poderão fazer a sua inscrição, e a partir daí fazer a complementação.

Volto a dizer, mais uma vez, para os nossos ouvintes, Deputados, imprensa aqui presente, que a Assembleia Legislativa é um espaço de debate político, mas a Assembleia Legislativa tem feito muitas e muitas ações que não lhe cabem. Não cabia a nós ficarmos nesta insistência, mas não esmorecemos nem quando o veto foi apostado ao projeto. Muitos Deputados participaram de Audiências Públicas, de reuniões, muitas entidades se somaram a isso e a Assembleia foi a caixa de ressonância desse problema que estava acontecendo e adormecido no Estado do Paraná. A Assembleia levantou este problema, a imprensa passou a noticiar o problema após a Assembleia levantá-lo, então é de se respeitar o Poder Legislativo que tem suas falhas, sim, mas tem os seus méritos, porque aqui trazem todas as divulgações, os debates, os fatos políticos que acontecem no Paraná.

Dentre as boas notícias para a Educação, no dia de hoje eu queria destacar mais uma: O Governo do Estado, o Governador Roberto Requião acabou de acertar a compra do imóvel da Universidade Católica de Palmas. É uma universidade que foi sumamente importante em tempos passados para os alunos do Estado do Paraná poderem fazer o curso de Magistério, de Filosofia e tantas e tantas áreas, e o Governo do Estado hoje adquire a Universidade Católica de Palmas e o Governo Federal assumirá a universidade com apoio do Governo do Estado, instalando lá, imediatamente, uma unidade da Universidade Tecnológica do Paraná. Isso é muito importante para o nosso Estado, é mais uma Universidade instalada e localizada numa região que precisa, cada vez mais, ter o ensino público gratuito à disposição do povo daquela região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores telespectadores.

No dia de ontem o Partido Republicano Brasileiro - PRB, partido que tenho a honra de representar nesta Casa e também ser o Presidente Estadual da sigla do Estado do Paraná, completou quatro anos de existência. Infelizmente não foi possível o meu pronunciamento, devido todo horário ter sido previamente ocupado por

outros Parlamentares, mas não poderia deixar este momento passar em branco, sem fazer alusão a toda trajetória do partido mais jovem do nosso País.

Sob a sigla numérica 10, o Partido Republicano Brasileiro teve a sua origem no ano de 2003, com o apoio de quase meio milhão de eleitores dos mais diversos Estados da nossa Federação. Alguns militantes e pertencentes às mais variadas siglas que entenderam a importância de mais uma sigla partidária. Depois de termos passado por todos os trâmites legais, conseguimos, com o nome de Partido Municipalista Renovador, instalar a mais nova sigla partidária do nosso Brasil. No dia 25 de agosto de 2005 estava sob aprovação unânime dos Ministros do TCE, fundado, instaurado, o PMR - Partido Municipalista Renovador. Trinta dias após esta data fizemos a nossa primeira convenção, já sacramentado como partido político e como e toda qualquer agremiação, ou boa agremiação política, tivemos os nossos desacordos, as nossas discussões políticas, e por sugestão da figura de José Alencar, o Vice-Presidente da República, maior nome ou a maior liderança expressiva da nossa sigla, sugerido foi que trocássemos o nome do PMR para Partido Republicano Brasileiro. A aceitação foi unânime também, foram dadas as devidas entradas para substituição do nome e da sigla do partido. E finalmente sacramentou-se o Partido Republicano Brasileiro, número 10, como a mais jovem agremiação política do nosso País.

Ainda somos um partido em ascensão, mas o que nos motiva é que sabemos que as grandes siglas, sabemos que hoje partidos de maior envergadura também tiveram o seu modesto início, as suas dificuldades, e conseguiram, muitos deles, a exemplo do partido que ocupa a Presidência da República, o PT, as suas vitórias também. Hoje, modestamente, além do Vice-Presidente da República José Alencar, contamos com dois Senadores da República, um deles nacionalmente conhecido, o Senador Marcelo Crivela; contamos com três Deputados Federais, com sete Deputados Estaduais, 780 Vereadores e 53 Prefeitos.

Vale aqui destacar que este Parlamentar que vos fala já teve a honra de disputar a sua reeleição pelo Partido Republicano Brasileiro, ainda no início, quando o partido engatinhava. Tivemos a primeira eleição municipal e expressivamente conseguimos sair da qualificação de partido nanico para partido pequeno alcançando o expressivo número de 780 Vereadores, número este que só foi alcançado agora por partidos que há décadas na nossa frente já existiam no Brasil.

No ano que vem disputaremos a nossa segunda eleição nacional e estadual para os cargos majoritários em muitos Estados, cargos de Senador, Deputados Federais e Estaduais. Isso muito nos orgulha, por podermos oferecer à sociedade brasileira mais uma opção, principalmente porque com toda essa vitalidade que é própria, que é peculiar de qualquer jovem e não diferente do Partido Republicano Brasileiro, sabemos que temos condições de contribuir muito para a nossa sociedade.

Não dizemos e nem afirmamos sermos melhores do que nenhuma outra agremiação, não nos julgamos superiores a ninguém, apenas somos diferentes.

É nessa maneira diferente de ser que queremos apontar novas políticas para o povo brasileiro, sobre a ótica republicana de ser.

Fica aqui o meu registro. Parabenizar todos os companheiros correligionários que são nota 10, que são do PRB e torcemos para que, de fato e de verdade, possamos contribuir para que o nosso País ocupe cada vez mais a vanguarda desse mundo e o devido posicionamento de referência para outras Nações.

Muito obrigado, Deputados. Parabéns republicanos e brasileiros, que Deus abençoe a todos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Só quero comunicar à Casa que na semana que vem eu não estarei presente. Por essa razão que o Vice-Líder da Oposição, o Deputado Douglas Fabrício, vai assumir e vai responder pela Liderança da Oposição na semana que vem. Não estarei na segunda, na terça e na quarta-feira aqui na Sessão da Assembleia Legislativa.

Faço questão de comunicar à Casa e também a todos os Parlamentares que estarei ausente na semana que vem.

Horário das Lideranças:

Apresentação do Portal da Transparência

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Reservamos o Horário das Lideranças de hoje para o Deputado Durval Amaral - conforme nós havíamos estabelecido - pudesse apresentar oficialmente o nosso Portal da Transparência.

Quero neste momento, antes de passar a palavra ao Deputado Durval Amaral, dizer que esta Casa vive hoje, ao meu entender, um momento histórico. Já iniciamos há algum tempo, um caminho sem volta. Nos havíamos dito que não voltaríamos atrás um passo sequer. Com o apoio da Mesa Executiva, dos meus Vice-Presidentes, dos meus Secretários e de todos os Deputados, em especial das Lideranças dos Partidos, das Comissões Permanentes da Casa, conseguimos avançar de uma maneira muito especial.

Não é o suficiente, claro que não. Vamos continuar avançando antes mesmo de apresentarmos o nosso plano da transparência. Já recebemos críticas, e recebemos de muito bom humor, com muita humildade, com muito respeito, até porque algumas delas foram bastante construtivas e servirão para medidas posteriores que iremos adotar.

Devemos entender que o Portal da Transparência faz parte apenas de um processo que começou há muito tempo atrás. Começou quando extirpamos de vez com o binômio do voto secreto, que não serve exclusivamente

para a votação do Tribunal de Contas, da Mesa Executiva, dos vetos, também das cassações possíveis em casos especiais. Acabamos aqui também com o nepotismo, com jetons das Sessões Extraordinárias. Foram eliminados os veículos da Assembleia Legislativa, reduzimos o nosso recesso parlamentar, fortalecemos as Comissões Permanentes, adotamos definitivamente as Audiências Públicas como parte integrante desse nosso processo. Lembra-me bem o Deputado, nosso Vice-Presidente Antonio Anibelli, a adoção do painel eletrônico, que não serve exclusivamente para registrar a presença dos Srs. Deputados, mas como eles votam.

Ainda ontem, uma rádio especial aqui da Assembleia, solicitou à Mesa a presença dos Srs. Deputados no mês passado. Imediatamente o nosso comitê do painel forneceu essa relação. Não há porquê não. Esse é o papel do painel eletrônico.

A TV SINAL, que hoje cobre um número expressivo de Municípios, e tem ainda que avançar muito mais, temos que cobrir pelo menos o dobro de Municípios.

O Deputado Valdir Rossoni nos questionava um dia desse a respeito da Região Sul, e é lá que temos que ir agora. Ainda hoje o Deputado Alexandre Curi, firmava definitivamente o nosso ingresso da TV SINAL pela internet. Agora sim, em poucas semanas, poderemos assistir às nossas Sessões em qualquer lugar do mundo.

Tudo isso é um avanço. O Portal da Transparência é mais um desses avanços.

O portal não é estático, ele é extremamente dinâmico, será alimentado por nós, por vocês, constantemente. Iremos receber dados permanentes constantes, todos os dias. Deputados que prestaram contas, uns mais cedo, outros mais tarde, informações dos nossos projetos, como votaram, dessa ou daquela maneira. Novas informações de questões administrativas da Casa, comparações com os outros Poderes.

Mas uma coisa nós todos aqui, meus companheiros Deputados, podemos dizer. Deputado Anibelli, a única Assembleia do Brasil que adota esse modelo de transparência, usando inclusive o CNPJ, é a Assembleia do Paraná.

Nós, o Deputado Durval Amaral, fomos convidados e já passamos, e aí pessoalmente, no próximo Encontro dos Presidentes das Assembleias, vamos mostrar como funciona o Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Paraná.

Só foi possível a aprovação, por unanimidade, dos projetos de resolução que foram votados aqui neste Plenário, graças ao apoio de colaboradores, de técnicos especializados. Porque não basta se jogar um monte de dados num computador, vocês sabem que não é assim. Ainda hoje tínhamos problemas com o nosso CPD, com a nossa internet.

Dizia há pouco numa entrevista que o grande culpado de ter marcado a data fui eu, porque não se marca data nessas questões. É muito difícil, às vezes, cumpri-la, por intempéries que fogem das nossas vontades. Mas, eu

não posso deixar de agradecer aos funcionários da Casa, à Diretoria da Casa, aos meus companheiros de Mesa Executiva, a todos vocês que permanente e constantemente estão nos questionando, nos ajudando fazendo com que possamos chegar ao melhor possível.

Participamos de um vestibular, de quatro em quatro anos. Seremos julgados pelos nossos eleitores daqui algum tempo. Tenho certeza absoluta que a maneira, o comportamento dos senhores, de todos nós, será avaliado por aquilo que fizemos, por aquilo que nos mostramos, através da TV SINAL, através de nossos atos, através de nossos gestos.

Por isso, ao tempo em que agradeço de uma maneira muito especial ao Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, aos meus companheiros de Mesa Executiva, Deputado Antonio Anibelli, Deputado Alexandre Curi e a todos os meus, Vice-Presidentes e Secretários, que fizeram com que isso fosse possível. Divido esta responsabilidade sabendo que ainda há muito por fazer. Só iremos concluir este trabalho no último dia da nossa gestão. Até lá vamos construir aquilo que prometemos. Não só a transparência, mas a modernidade completa deste Poder. É isso o que faremos.

Concedemos a palavra ao Deputado Durval Amaral. Após a apresentação de vídeo.

(Apresentação do vídeo)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, neste instante, ao Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (DEM)

O SR. DURVAL AMARAL

Srs. Deputados e amigos da imprensa.

Este vídeo produzido pela TV SINAL e pela equipe da Assembleia Legislativa, demonstra que a transparência não se resume apenas a este portal que estamos entregando de maneira oficial nesta tarde. Transparência é uma conquista constante da sociedade, da Assembleia Legislativa, graças ao conjunto de seus Deputados. Por isso mesmo, antes de fazer o passo a passo que vou fazer neste momento, quero, Presidente Nelson Justus, agradecer a cada uma das Sras. Deputadas, a cada um dos Srs. Deputados, porque o que estamos fazendo nesta tarde é resultado da aprovação das Resoluções 003/09, 004/09, 005/09, que foram discutidas e votadas no Plenário da Assembleia Legislativa.

É o que falo, somos Legisladores, fazemos as leis, e nós mesmos nos impusemos essa condição de trazer, não só as nossas despesas de ressarcimento, ou as nossas despesas do custeio da atividade parlamentar, e outras informações mais para o Portal da Transparência. Não ficamos apenas naquilo que está disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, foi orientação constante dos meus Pares, dos meus amigos Deputados e Deputadas que aqui

estão. E até faço questão, Presidente Nelson Justus, de pedir licença a V. Exa. para falar daqui, de onde estou, quebrando até o protocolo da Assembleia Legislativa, em respeito que tenho aos Deputados Estaduais, em respeito que tenho à imprensa, à sociedade, na mesma condição de igualdade.

Efetivamente a responsabilidade foi muito grande, e muitas vezes pensei que não conseguiria as vezes até dar conta dessa missão designada por cada um dos senhores, por cada uma das senhoras, confiadas a nossa equipe. Quero agradecer muito especialmente ao Presidente Nelson Justus, à Mesa Executiva, porque se não fosse essa determinação, essa vontade de avançar, avançar e avançar, certamente não daríamos esse passo decisivo que estamos dando Deputado Alexandre Curi, toda a Mesa Executiva, todos os Srs. Deputados, sem exceção, foram unânime em apoiar o Portal da Transparência. E se hoje a Assembleia Legislativa entra nesse cenário nacional como a Assembleia mais moderna, posso dizer do Brasil, porque pesquisei todos os portais, todos os sites de todas as Assembleias do Brasil e nenhuma delas, mesmo aquela que por muitos, por alguns segmentos era usada como referência, que era a do Rio Grande do Sul, nós vamos olhar pelo retrovisor a Assembleia do Rio Grande do Sul se ela poderia ser tomada como referência.

No Brasil, tenho certeza, a nossa Assembleia será referência em termos de transparência e em termos de modernidade. Mas, isso tudo só aconteceu em função do conjunto dos Deputados Estaduais e da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa. Antes de passar ao passo a passo, quero agradecer de coração a equipe que me ajudou e deu suporte, desde a Comissão de Tomadas de Contas, Deputado Duílio Genari, presidida por V. Exa., quero agradecer o Diretor da Casa, popularmente falado, o Bibinho; quero agradecer o Wilian, Diretor-Financeiro; o pessoal da informática da Casa; quero agradecer os meus amigos pessoais aqui, o Mauro, a Célia, a Celestina, que me ajudaram de maneira voluntária, sem nenhum outro tipo de interesse, a não ser acreditando nessa causa.

Até o nosso banner, vamos assim dizer da transparência da Assembleia Legislativa que não está contida aqui, fomos buscar voluntariamente através do David Campos alguém que pudesse fazer esse desenvolvimento para doar para o Portal da Transparência. Então, é o empenho de muitas pessoas para que pudéssemos chegar nisso. Então, de coração, apenas ajudei na coordenação, mas se não fosse o trabalho dos técnicos, o trabalho da equipe, com certeza não teríamos conseguido chegar aonde chegamos.

Vamos agora ao passo a passo. Quando qualquer cidadão em qualquer lugar do mundo entrar na rede mundial de computadores e acessar o site da Assembleia Legislativa ele vai encontrar primeiro uma apresentação dizendo rapidamente o que é o Portal da Transparência. Claro que esse texto é bastante longo, vamos enxugar, queria ter feito isso ontem, antes de ontem, mas eram tan-

tas as atividades, tem até alguns erros, mas falei: depois vamos ajustando o texto para que todos possam entender. Nesses menus entrarão outros menus aqui que, gradativamente, conforme o portal for se aperfeiçoado, vamos disponibilizando.

Há um compromisso do Presidente em colocar o portal no ar, e os ajustes faremos gradativamente. Peço para que clique em cima, pois são alguns banners e várias telas. Para que nos senhores tenham uma ideia, já estamos com mais de 34 telas disponíveis para os internautas e teremos outras tantas mais disponibilizadas à medida em que for aperfeiçoando o portal.

Quando o internauta entrar na administração, poderá clicar na base cadastral da Assembleia Legislativa, vamos encontrar a relação completa de todos os funcionários comissionados e os efetivos da Assembleia Legislativa. Vamos ter os vencimentos dos servidores efetivos, quadro de cargo e carreira de todos os funcionários da Assembleia Legislativa. Vamos ter o subsídios dos Deputados Estaduais, porque estamos na vida pública, nosso compromisso é público e não há segredo algum, até porque a nossa remuneração é estritamente relacionada com a remuneração do Deputado Federal. Não vamos mencionar aqui eventuais descontos em folha de pagamento. Tudo aquilo que for de interesse público estará disponibilizado no portal. Tudo que for de interesse individual por exemplo, o salário dos funcionários da Assembleia Legislativa não estará à disposição. Por quê? Porque sabemos o limite do interesse público para o interesse individual. Não podemos discriminalizar, nem positivamente, nem negativamente, o servidor público. Agora, o quadro de cargos e salários isso estará disponibilizado.

O portal é muito mais do que só o ressarcimento, ele traz várias informações sobre a gestão administrativa da Assembleia Legislativa. Como estamos apresentando isso? Estamos apresentando de uma maneira que seja auto-explicativa, numa planilha que as pessoas possam ter as informações, os encargos da Assembleia Legislativa, de uma forma que as pessoas possam ter a compreensão.

Poderíamos, simplesmente, pegar o orçamento geral da Assembleia Legislativa, fazer uma cópia qualquer e jogar o orçamento total. Estamos colocando o quadro para que as pessoas possam entender e estamos, inclusive, colocando despesas com pessoal, tudo discriminado, para que as pessoas tenham a compreensão de uma maneira bastante objetiva.

Vamos ter, também, toda execução orçamentária da despesa. De que forma ela será apresentada? Poderíamos, se fosse cumprir apenas as normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, simplesmente trazer aquele tipo de informação para cá. E todos iríamos ler e não iríamos entender. Por quê? Quando você fala em contabilidade pública, muitas vezes alguém que é contador da iniciativa privada não consegue entender a contabilidade pública, não consegue entender os gráficos, os organogramas que

são encaminhados para a Secretaria do Tesouro Nacional. Qual foi a orientação do nosso Presidente? Vamos traduzir de uma maneira que as pessoas possam entender. Então, é isso que estamos fazendo. Informações que já são prestadas ao Tribunal de Contas, já são colocadas no Sistema SIAF, já são informadas à Secretaria do Tesouro Nacional, estamos traduzindo todas as informações e decodificando para que todos possam entender. Então, vamos ter aqui a receita corrente líquida e os dados, efetivamente, da execução orçamentária da despesa.

Vamos ter, também, o programa de trabalho da Assembleia Legislativa, que é extraído de dentro do próprio orçamento do ano de 2007, do ano de 2008. Vamos ter o programa de trabalho do ano de 2009. Tudo sintético, mas de uma maneira muito objetiva para que as pessoas possam, efetivamente, entender. Não estamos pegando, simplesmente, o que está lá no orçamento ou aquilo que foi encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional e jogando no Portal da Transparência, e entenda quem quiser entender. Não! Estamos colocando de uma forma que as pessoas possam entender e acompanhar.

Na administração, posteriormente, vai ganhar um banner próprio, que é o custeio da atividade parlamentar. Aqui vamos ter uma síntese de como é dividido, hoje, o custeio da atividade parlamentar. Temos uma verba de ressarcimento de R\$ 15 mil, duas cotas que foram criadas na Resolução nº 003/09, que é a cota de transporte, no valor de R\$ 9 mil e 300, e a cota postal e telefônica no valor de R\$ 3 mil e 200, perfazendo um total de R\$ 27 mil e 500, que são destinados efetivamente para o custeio da atividade parlamentar e, na sequência, teremos o detalhamento.

Vamos ter disponibilizado no Portal da Transparência toda Ordem do Dia de todas as nossas Sessões. Vamos ter, também, a possibilidade de fazer um link e ter toda a pesquisa do processo legislativo. Então, quem entrar no Portal da Transparência vai poder localizar onde está cada projeto de lei, cada projeto de resolução, em que comissão está naquele momento, como são os pareceres. Vai ter todo acesso para que, inclusive, os cidadãos que têm um interesse específico sobre um determinado projeto possam acompanhar e até a imprensa, também, com bastante facilidade.

Vamos para a gestão fiscal. Na gestão fiscal vamos encontrar os relatórios trimestrais da Assembleia Legislativa. Vamos ter as Audiências Públicas que são realizadas. Aqui estamos ainda com 2008, o primeiro trimestre de 2008, o segundo, o terceiro trimestre de 2008, mas entrarão efetivamente os trimestres relativos a 2009. Já temos aqui o relatório da gestão fiscal do primeiro trimestre de 2009. Todas essas informações serão bastante acessíveis, bastante fáceis de serem compreendidas.

Então, essa informação vai estar disponibilizada, cumprindo aquilo que já está previsto também na Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 48.

Para se ter uma idéia, despesa com pessoal, a Assembleia está sempre abaixo daquilo que é determinado pela LRF. O limite, aqui, seria de 1,64% da receita corrente líquida total e a Assembleia gasta 1,44% bem abaixo do limite estabelecido. Vamos trazer no Portal da Transparência um quadro comparativo das despesas de pessoal do Poder Legislativo ou da Assembleia Legislativa, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça ou o Poder Judiciário e com o Poder Executivo. Todos sabemos que o Poder Legislativo legitima o processo democrático.

Temos os relatórios anuais, que são demonstrativos, que também estão compilados para que as pessoas possam entender. Demonstrativos de restos a pagar, vemos que a Assembleia Legislativa não tem gastos acumulados de um ano para o outro, demonstrando bastante saúde financeira. A disponibilidade financeira da Assembleia, de janeiro a dezembro de 2008, vamos trazer e sempre iremos atualizando isso, cumprindo aquilo que se prevê na LRF. Informações que já prestávamos no Sistema SIAF para o Tribunal de Contas e encaminhava para o Tesouro Nacional.

Tudo que fizemos está amparado nas nossas resoluções, que são leis que nós mesmos nos autodeterminamos. Vamos fazer exatamente aquilo que está previsto na Resolução nº 003 de 2004, de 2009, na nº 005 de 2009, na nº 006 também de 2009. Todas essas resoluções estarão disponibilizadas. Teremos links da Constituição Federal, Estadual, da Lei de Orçamento, da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, e da nº 131, lei aprovada recentemente que altera a LRF, que é a transparência total no Brasil, a partir do ano que vem.

Ressarcimento. Quando as pessoas entrarem na verba de ressarcimento vão saber a que se destina e produtos e serviços que a compõem. Digamos que o internauta saiba quais são as categorias de despesa, ou seja, quais são as notas fiscais que possam ser enquadradas, para que o Parlamentar possa se ressarcir dessa despesa. Despesas com combustível em geral, passagem, taxas de embarque.

(Lê a transparência)

E assim vai. São 27 categorias de despesa que abrem subitens para que as notas possam ser apresentadas.

(Continua as explicações das transparências, no que tange à verbas de ressarcimento)

Em combustíveis em geral vamos ter a despesa, o CNPJ e o valor da nota fiscal, R\$ 30; despesa com CNPJ e o valor da nota fiscal R\$ 64; o CNPJ e o valor da nota fiscal, R\$ 40.

Por que não colocou o nome? Por uma questão muito simples: existem algumas empresas que têm a razão social, outras que têm o nome fantasia. Muitas vezes, se você fosse comparar a razão social com o nome fantasia, não iria bater. Se o Deputado informa um nome fantasia, que na maioria das vezes conhecemos o posto

ou o hotel pelo nome fantasia, enfim, ou o restaurante pelo nome fantasia, ia lá: pôxa, mas esse CNPJ não bate com a razão social. Já seria um caso de dar explicação. Então, estamos colocando o CNPJ e automaticamente o valor da nota fiscal.

(Continua explicações baseado na leitura das transparências)

Então é a despesa total do gabinete, que pode ser enquadrada em 27 grupos de despesa, então isso vai estar à disposição de todos os Deputados que requereram e que a Diretoria Financeira da Assembleia Legislativa tenha pago a eles até o dia de hoje. Então, as informações que estarão disponibilizadas amanhã referem-se a todos os Deputados que requereram ressarcimento, que foi pago e a partir desse momento, automaticamente vai entrando no Portal da Transparência.

Então, você vai entrar no site da Assembleia Legislativa, vai clicar no Portal da Transparência e automaticamente vai ter esta tela e passar a navegar nela.

Então é importante dizer: não é uma construção pronta e acabada, não é de constante aperfeiçoamento, como já falei temos sete banners e são mais 34 telas. Imaginem só o trabalho da assessoria, dos nossos técnicos, dos gabinetes, quero aqui louvar os assessores parlamentares que começaram a trabalhar com uma ferramenta da qual não tinham ainda conhecimento. Fizemos várias reuniões, não é Presidente, para treinar os assessores, fazia reunião de novo, explicava de novo. Quero aqui me penitenciar e pedir desculpas aos meus colegas Deputados Estaduais se em algum momento não pude dar a atenção devida aos nossos colegas, explicando, detalhando, não foi por nenhuma outra razão a não ser o excesso de preocupação e muitas vezes correndo muito. Quero confessar também que em quase um ano da minha vida parlamentar - e de todos vocês, tenho certeza disso - envolvido nesse processo do Portal da Transparência, que não é para o Deputado Durval Amaral e não é para cada um dos senhores, é para o conjunto da sociedade, é para toda a Assembleia Legislativa.

E por fim, pedir desculpas a cada um de vocês se não pude dar a atenção que sempre mereceram. Muitas vezes alguns colegas falaram: “Durval você está triste, está preocupado?” Estou preocupado mesmo, porque a responsabilidade era muito maior do que os meus ombros poderiam e podem carregar. Mas Nelson e Alexandre, muito obrigado pela confiança. Não é tudo aquilo que desejávamos, talvez, mas é o que humildemente, de uma maneira muito voluntariosa, o que pudemos construir para o engrandecimento da sociedade paranaense, para o fortalecimento da democracia e sobretudo para a transparência que tanto é almejada por todos nós, Deputados.

Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero agradecer ao Deputado Durval Amaral e estender o agradecimento a todas aquelas pessoas que o próprio Deputado já o fez. A todos os membros da Mesa

Executiva, aos assessores dos Parlamentares, aos assessores desta Comissão, não só aos assessores da Tomada de Contas, mas da Comissão do próprio Portal da Transparência. Dizer que o Deputado Alexandre Curi brincava comigo agora dizendo: “Puxa vida, nós nem apresentamos o portal e já tinha alguém dizendo é o Portal da meia Transparência.” E daí ele dizia: “A Arena da Baixada era, até há pouco tempo, chamada de o melhor meio estádio do Brasil.” Hoje já não é mais um meio estádio, já está um estádio completo. E o nosso portal vai ser assim, Deputado Tadeu Veneri. O nosso portal será o melhor Portal da Transparência de todas as Assembleias, não tenho dúvidas disso. Iremos construir juntos passo a passo, item a item para que cumpramos com nosso papel. Resolvemos todos juntos fazer parte de uma alteração da cultura da Casa, de um tempo novo, de um tempo moderno, de um tempo transparente. E nós estamos fazendo isso. Sem dúvida nenhuma, Deputado Durval Amaral, V. Exa. entra para a história desta Casa por ter contribuído com a Mesa Executiva, mesmo não fazendo parte dela, para que pudéssemos atingir e chegar onde chegamos. V. Exa. disse muito bem que há muito a fazer ainda. E nós vamos fazer a nossa lição de casa, sem dúvida nenhuma. Disse há pouco e volto a repetir: essas medidas todas tornam-se os olhos e os ouvidos da população aqui dentro da Assembleia. E nós, com ajuda de vocês faremos um bom trabalho. E que Deus nos ilumine para que erremos o menos possível.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 852/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Superintendente Regional do DNIT/PR, que seja reativada a lombada eletrônica na BR-376, localizada entre os Km 596 e 597, no Município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 853/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, requerendo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Educação, que sejam tomadas medidas de urgência no sentido de garantir a liberação de recursos para a reforma da Escola Estadual de Vargem Bonita, no Município de Ampére. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4216, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 053/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel, que estabelece a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras e identificação de usuário em estabelecimento de acesso público a internet. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 053/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet, em funcionamento no Estado do Paraná, deverão adotar sistema de monitoramento por câmeras de vigilância, em especial nos acessos aos computadores.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata essa lei deverão manter, pelo prazo de dois anos, cadastros de todos os usuários, contendo os seguintes dados:

I - o tipo e o número do documento de identidade apresentado;

II - o endereço e o telefone;

III - o equipamento usado, bem como os horários do início e do término de sua utilização;

IV - o Protocolo Internet - IP - do equipamento usado.

Parágrafo Único. Os dados de que trata o *caput* deste artigo serão armazenados por meio eletrônico, ficando proibida sua divulgação, exceto mediante expressa autorização do cliente, pedido formal de seu representante legal ou ordem judicial.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/08/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, reconhece a denominação da Cidade de Santa Fé, como Capital da Fotografia do Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública o Centro de Treinamento Atlético e Cultural Comunitário - CETACC, com sede e foro no Município de Piraquara. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, a rodovia BR-476 no trecho (privatizado) de Curitiba até o Município da Lapa da Rodovia BR-476. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 022/09, de 23/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 100/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denomina Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, o trecho (privatizado) de Curitiba até o Município da Lapa da Rodovia BR-476.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A Constituição Estadual, em seu artigo 191 diz:

Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade."

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Anexamos resposta da diligência feita ao DER onde informa não haver denominação ao trecho proposto pelo nobre Deputado.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28/04/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 100/09

P A R E C E R :

Tem o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Anibelli, a finalidade de denominar de Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, o trecho (privatizado) da Rodovia BR-476, que liga Curitiba ao Município da Lapa.

Em conformidade com a justificativa anexada ao projeto de lei, o nobre Deputado objetiva homenagear, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, falecido em data de 18/03/09. Advogado, jornalista, empresário e Diretor Presidente da Rede Paranaense de Televisão (RPC). Um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida, pessoa destacada, respeitada e admirada em todo o Estado e País, tendo dedicado a sua vida a construção de uma das maiores redes de comunicação do Paraná, com inovações necessárias, deixando sua marca na imprensa brasileira, nunca faltando realismo e solidariedade ao nosso povo.

Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, conseguiu, com sua vida, contribuir para mudar a vida de outras pessoas, sua morte foi uma perda para o primado das liberdades e se perdemos uma referência, ganhamos um exemplo, não só pela sua capacidade empresarial e político-social, mas principalmente pelo caráter, o modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Trata-se de uma justa e merecida homenagem, e por extensão aos seus familiares e dependentes.

No que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, de acordo com o Regimento Interno manifestamo-nos favoravelmente a aprovação do projeto de lei em análise, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29/04/09.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em Discussão. Em Votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Apenas para dizer que esta Casa, tenho certeza que falo em nome de todos os Deputados, presta homenagem

não só ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, à Gazeta do Povo, mas a todos os jornalistas, pela figura que foi o Dr. Francisco.

Então, tivemos o prazer de conhecê-lo, de ser amigo, de acompanhar as campanhas que ele fez em favor do Paraná, de desenvolver a imprensa, de ter na RPC a figura de grandes jornalistas, de pessoas que tanto fizeram não só pelo Paraná, mas também pela transparência deste Estado e pela valorização do Paraná.

Então, esta Casa, e eu tive a felicidade de ser o autor desse projeto de reconhecimento a esse grande paranaense, esse empresário maravilhoso, esse ilustre cidadão que tivemos o prazer de conviver por muitos e muitos anos, é uma homenagem desta Casa à imprensa, aos jornalistas, aos homens de televisão na pessoa do Dr. Francisco. Dar o nome desta estrada de Curitiba à Lapa, a sua Cidade de origem, uma Cidade tradicional, que V. Exa. muito bem representa nesta Casa, para que fique marcado.

Tenho certeza que o Governador Requião sancionará. Iremos inaugurar, faremos uma festa, pretendo solicitar ao Prefeito Paulo Furiatti que lá erija um busto de Francisco da Cunha Pereira para que possamos marcar, e todo o cidadão que passar pela Lapa, ou se dirigir de Curitiba, ou vir da Lapa à Curitiba, possa saber quem foi Francisco da Cunha Pereira, possa ir buscar essa figura ilustre desse grande paranaense.

Por isso tenho certeza da aprovação. Agradeço por V. Exa. ter me concedido a palavra. Tenho certeza que esta Casa prestará uma homenagem justa a esse grande cidadão paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns pela iniciativa, Deputado Anibelli. Em boa hora V. Exa., como sempre, mostra que representa esta Casa com muita dignidade.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Para Encaminhar)**

Aproveito para homenagear a memória do grande paranista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, homenagear também o nobre Parlamentar Antonio Anibelli, pela feliz iniciativa de apresentar esse projeto.

É uma homenagem que diria até, Deputado Anibelli, é o que V. Exa. pode arrumar de momento para homenagear esse que, na minha visão, é o maior dos maiores, foi sempre um gigante na luta pelo Paraná.

Um empresário, jornalista, Dr. Francisco Pereira Filho, que pouca gente conhece o outro lado, o lado humano do Dr. Francisco. Eu conheci alguns jornalistas que ficaram enfermos, estavam à beira da morte e pouca gente sabe desse outro lado. O Dr. Francisco ia pessoalmente buscar aquele enfermo, aquele moribundo e levar para o hospital. Sustentou alguns que não tinham nem previdência. Mas ele procurou viver no anonimato.

Conheci esse lado humano, cristão, do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e o Paraná tem uma gratidão

impagável a tudo que ele realizou, ajudando a transformar o nosso Estado. Foram os royalties, são tantas conquistas que o Paraná teve com o Dr. Francisco comandando a Gazeta do Povo e a Rede paranaense de Televisão.

Essa homenagem termino dizendo que ainda é pouco, acho que o Paraná e esta Casa estão em falta ainda, temos que oportunamente encontrar algum outro tipo de homenagem. Essa é boa, significativa, Deputado Anibelli, mas que no futuro possa encontrar e sensibilizar Governo, a Assembleia e todos os segmentos para podermos render homenagem ainda maior ao grande brasileiro, grande paranaense Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual o Centro de Formação Sócioambiental - AMARÉ, com sede e foro no Município e Comarca de Paranaguá-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 089/09, de 11/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 389/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o Centro de Formação Sócioambiental - AMARÉ, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade

pública a OJAC - Organização Jurídica de Apoio ao Cidadão, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 092/09, de 17/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 401/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a OJAC - Organização Jurídica de Apoio ao Cidadão, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 24/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 401/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafos 1º e 141, II, fica suprimida a redação dos artigos 2º do Projeto de Lei nº 401/09 e o artigo 2º que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 24/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4201, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4202 a 4210 e 4227 a 4236, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4214 e 4215, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4217, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4218 a 4224, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4211 e 4213, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 27 de agosto (quinta-feira), conforme requerimento aprovado

de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 360, 366 e 381/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 400/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 100, 389 e 401/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 301/09.

Levanta-se a Sessão.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 099

93ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	31
Presenças.....	31
Abertura da Sessão	31
Pequeno Expediente:	
Dep. Plauto Miró	32
Dep. Douglas Fabrício.....	32
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	

Redação Final.....	33
3ª Discussão	33
2ª Discussão	33
1ª Discussão	34

Encerramento da Sessão 34

Publicações:

Diretoria Geral	
Portarias.....	34
Ata de Comissão	
Constituição e Justiça.....	35

DIÁRIO Nº 099

93ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz

Nishimori, Mário Roque, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (08).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Felipe Lucas (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 27 de agosto, quinta-feira, conforme requerimento aprovado, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem) (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente é importante dizer isso: a Assembleia Legislativa não é um poste. Quem fica parado é poste. É bom lembrar que a Assembleia Legislativa continua caminhando. E graças a Deus, sob a sua batuta. Isto é muito importante!

Lembrar também, Sr. Presidente, que no próximo domingo, dia 30 de agosto, lembramos com saudade uma das grandes figuras da política paranaense. Saudades e muitas vezes com o coração apertado. E quanto mais o tempo passa, mais presente ele se faz na história do Paraná. Nosso saudoso, querido Aníbal Khury! Deputado Aníbal Khury, saudades!

Ele, que já foi homenageado por esta Casa - este centro legislativo tem o seu nome - e continua recebendo homenagens: pelo que estou sabendo, no próximo domingo, na semana que vem, por iniciativa do Prefeito Beto Richa, Aníbal Khury será o nome de uma das grandes ruas desta cidade.

Saudades do Aníbal! Que ele descanse em paz!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente manifestar à Mesa Executiva, ao seu Presidente, à toda equipe que implantou o Portal da Transparência, tornando públicos os gastos feitos pelos Parlamentares desta Casa. Não posso deixar de falar no nome do Deputado Durval Amaral e de toda equipe técnica que participou da elaboração deste portal, que vai fazer com que, cada vez mais, o cidadão paranaense, brasileiro, possa acompanhar tudo aquilo que acontece nesta Casa de Leis, acompanhando através da TV SINAL as votações através do painel eletrônico, acompanhando através da internet os projetos desta Casa, que são aqui apresentados e aprovados. E também podendo acompanhar as despesas que os Parlamentares têm, de acordo com a legislação que a permite e a forma como eles vêm gastando estes recursos.

Mas rapidamente, o que me traz, Sr. Presidente, é para salientar uma matéria importante que um dos principais jornais do Estado do Paraná traz com relação à balança comercial do nosso Estado do Paraná, que deixa claro que 47% das exportações feitas pelo nosso Estado - eu vou repetir, Sr. Presidente, é um número significativo - 47% são oriundos do agronegócio. Sendo que 22% das exportações são de soja em grão, 10% das exportações é o farelo de soja, 5,7% é o frango em pedaços, 4,8% é o açúcar, 4,5% é o frango inteiro e os outros produtos manufaturados perfazem 53%.

Então, aqui queria deixar registrada a importância que tem o agronegócio para o Estado do Paraná e para o nosso País, trazendo, nos números da balança comercial, a sua importância e colocando aqui que praticamente a metade de tudo aquilo que é exportado pelo Paraná vem do agronegócio, vem da produção rural e também da produção animal. Isso, como produtor rural e representante do meio, dá-me a obrigação de vir aqui registrar, neste momento, que o agronegócio tem uma importância significativa na balança comercial do Estado do Paraná.

E na próxima semana, Sr. Presidente, quero aqui registrar, como já falei ontem, a posição do Ministro Reinhold Stephanes com relação à mudança dos índices de produtividade das propriedades rurais no Estado do Paraná, para que possam essas propriedades serem apontadas como propriedades que estão voltadas para a reforma agrária no Estado do Paraná. O Ministro Reinhold Stephanes teve uma posição clara, decente e coerente dentro do Ministério da Agricultura, fazendo com que o Governo Federal não venha fazer a vontade do Movimento Sem-Terra e sim, o Ministro tomou uma posição em defesa do agronegócio do nosso País, que há minutos relatei da importância que ele tem para a geração de empregos e em especial para a balança comercial do nosso Estado e do nosso Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Vou usar apenas os cinco minutos do Pequeno Expediente para registrar aqui o meu voto de parabenização a V. Exa. por este avanço que tem acontecido aqui na Assembleia Legislativa. Ainda é meu primeiro mandato, mas percebemos o quanto vem avançando aqui o trabalho na Assembleia Legislativa, principalmente no item transparência. E quando falo em transparência, não é só o portal, não é só a divulgação dos gastos dos Deputados, mas é, de uma maneira geral, como o painel eletrônico, onde as pessoas acompanham e fica registrado o voto de cada Deputado, acabar com o voto secreto, porque antigamente se votava aqui e não se sabia como, a população ficava sem saber como o Deputado tinha votado em determinado projeto ou em determinada ação aqui dentro. A própria TV SINAL, e aí quero fazer um registro e pedir também o seu apoio para que essa TV chegue a mais Municípios do Paraná, porque Campo Mourão, por exemplo, está sofrendo dificuldades de sinal e as pessoas que assistem reclamam por e-mail, ou pessoalmente, dizendo que tem dia que funciona e tem dia que não funciona. Por isso, pedir até que seja através

de outras formas, seja de parabólica ou sky, outras formas de acesso a essa TV, porque pode ter certeza de que realmente representa muito à população acompanhar o trabalho dos Deputados, saber como vota cada um, como é o dia a dia aqui, porque fomos eleitos pela população e é natural que a população tenha, sem dúvida alguma, o direito de saber a postura de cada Deputado, e com esse trabalho de V. Exa., do Deputado Durval Amaral e de todos os Deputados que fizeram um avanço aqui dentro da Assembleia Legislativa, para que pudéssemos chegar no dia de hoje podendo publicar as notas, publicar os gastos dos Deputados.

Tenha certeza de que é um passo muito importante, e talvez muitos não acreditavam lá atrás e possam ainda criticar, dizendo coisas como “meia transparência” ou coisas dessa natureza. O que devemos reconhecer é que é um avanço, que a Assembleia Legislativa tem trabalhado muito em defesa dos paranaenses, as Audiências Públicas que V. Exa. promoveu no interior também ajudam muito para que a população participe, não só no interior como aqui na Assembleia Legislativa. Enfim, todas as ações que fizeram com que aumentasse a transparência aqui da Casa.

Temos que avançar? Temos. É muito importante que nós todos, Deputados, lutemos cada vez mais pela independência do Poder Legislativo, e não é só este, mas aí é no Brasil inteiro, que lutemos lá no Governo Federal, aquela história de verba de Deputado, para que Deputado possa colocar emenda num orçamento, ir a um Município levar um presente e a população se enganar, imaginar que aquele Deputado é o bom, que de repente leva uma obra para o Município, mas na hora de votar contra aquele Município criando imposto. Agora estão falando em criar o Imposto da Saúde com o Governo Lula, etc.

Uma outra coisa que temos que avançar, em nível nacional, é essa história do Deputado que leva um presentinho para o Município e diz que é o bom, como alguns aí levando ônibus: “Este Deputado é o bom, porque levou o ônibus”. Às vezes ele não é o bom porque levou o ônibus, as vezes ele é o ruim porque votou contra o povo aqui.

Então, o avanço da transparência possibilita que a população tenha acesso a esse tipo de informação e possa estar separando o joio do trigo.

Parabéns a V. Exa. por ter tido a coragem de avançar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 360/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Aluguel de São Miguel do Iguaçu - AMASMI, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 084/09, de 03/08/09, em Projetos de Lei)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comercial e Industrial de Campina da Lagoa - ACICLA, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa. **Aprovada. (Publ. no DA nº 085/09, de 04/08/09, em Projetos de Lei)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 381/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação Casa de Davi - ASCAD, com sede e foro no Município de Palotina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 088/09, de 10/08/09, em Projetos de Lei)**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública o Centro de Treinamento Atlético e Cultural Comunitário - CETACC, com sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, a Rodovia BR-476 no trecho (privatizado) de Curitiba até o Município da Lapa da Rodovia BR-476. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual o Centro de Formação Sócioambiental - AMARÉ, com sede e foro no Município e Comarca de Paranaguá/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a OJAC - Organização Jurídica de Apoio ao Cidadão, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera a redação do artigo da Lei nº 14274, de 24/12/03, que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/09, de 16/06/09, em Projetos de Lei)**

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 100, 281, 389 e 400/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322 e 379/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portarias**

PORTARIA Nº 180/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar o servidor HECTOR VINICIUS WAGNER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa do Paraná, matrícula nº 40754, no Gabinete da Procuradoria, deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 181/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar o servidor MARCELO EDUARDO PIENARO CHRISOSTOMO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa do Paraná, matrícula nº 40258, no Gabinete da Procuradoria, deste Poder. Gabinete da Diretoria Geral, em 21/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 182/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9582, datado de 23/07/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de VANESSA ELLING SCHUSTER, matrícula nº 40676, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Agente de Saúde, NUD-03, lotada na Diretoria Geral, os tempos de contribuição constantes na certidão do INSS, em que prestou serviços a: Habitasul Crédito Imobiliário S.A., por quatro (04) meses e sete (07) dias, período compreendido entre 01/09/82 e 07/01/83; Banco Safra S.A., por um (01) ano, oito (08) meses e vinte e seis (26) dias, período de 04/07/83 a 29/03/85, totalizando dois (02) anos, um (01) mês e três (03) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme o artigo 201, parágrafo 9, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 183/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9668, datado de 27/07/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, em favor de CARMEN LAGO ARA-GÃO, matrícula nº 40099, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, NBA-04, o tempo total de contribuição com o INSS de 02 anos, 09 meses e 22 dias, amparada pelo artigo 201, parágrafo 9, da Constituição Federal, referente ao período em que trabalhou na Empresa Auxiliar de Serviços Gerais Ltda., de 24/09/79 a 30/05/80 (08 meses e 07 dias), na Orbram Organização e Brabilla Ltda., período de 04/08/77 a 31/07/78 (11 meses e 28 dias), na Alvorada Serviços Gerais Ltda., período de 01/08/78 a 17/09/79 (01 ano, 01 mês e 17 dias), de acordo com a Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 184/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10047, datado de 07/08/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de ZENY BARBOSA, matrícula nº 40932, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, NUD-03, lotada no Diário da Assembleia, os tempos de contribuição constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, por sete (07) meses e um (01) dia, período compreendido entre 30/06/75 a 30/01/76; Cia de Telecomunicações do Paraná, por um (01) ano, um (01) mês e um (01) dia, período de 03/12/73 a 03/01/75, num total de um (01) ano, oito (08) meses e dois (02) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme o artigo 201, parágrafo 9, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 185/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10739, datado de 24/08/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SÔNIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 085, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13/05/09, com término em 10/09/09, CID.10 S 92.3 e S 92.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 186/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, ao funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Agosto/09

117 DEONILSON ROLDO

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 187/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Agosto/09

40092 DELMINDA APARECIDA HENRIQUE WATANABE
40152 PAULO CEZAR SILVEIRA DA MOTA PIMPAO
40159 URSULA FLORINDA KUSTER
40299 JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
40471 JOYNE MERY SCHUHLI
40485 ELIANE MARIA DE ASSIS CORREA
40490 GIANCARLO RICETTI CLETO
40614 EVERLEI TEREZINHA CLETO
40671 NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE
40870 DANIELA ELISA BONKOSKI
40923 CLEMAIR MARQUES
40933 MARCOS ANTONIO DE SOUZA
41013 TEREZINHA ALVES
41027 SILAS PASSOS DA SILVA
41040 JACINTA ELISA KROETZ SCHMIDT

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/08/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão**Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi, Dr. Batista e Professor Lemos. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de

dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 205/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Fernando Scanavaca - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 416/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Fernando Scanavaca - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 575/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei n° 214/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 227/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost - Altera dispositivos da Lei Estadual n° 11182/95. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Fernando Scanavaca - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 282/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior - Altera dispositivos da Lei n° 11580/96. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 412/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 525/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei n°s 515/08, 307/09, 101/08, 169/08, 518/08, 001/09, 154/09, 187/09, 308/09, 318/09, 325/09, 326/09 e 327/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 307/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 518/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 001/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei Estadual n° 14277/03. Os Srs. Deputados Jocelito Canto, Nereu Moura, Artagão Júnior e Reni Pereira SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei n° 187/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 318/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 326/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei n° 084/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 084/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 053/09,

de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli à emenda de Plenário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri; 17) Projeto de Lei n° 169/09, de autoria do Poder Executivo - Objetiva alterar dispositivos da Lei n° 15750/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 096/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost - Altera dispositivos da Lei n° 15608/07. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 222/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 224/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. O Sr. Deputado Jocelito Canto, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei n° 301/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 301/09, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei n° 14274/03. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 22) Projeto de Lei 303/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 382/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Projeto de Lei n° 113/09 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, ambos anexos. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri e Jocelito Canto SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 24) Projeto de Lei n° 018/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 25) Projeto de Lei Complementar n° 231/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi - Altera dispositivos da Lei Complementar n° 081/88. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 328/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 334/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 340/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com abstenção de votação do Deputado Tadeu Veneri; 29) Projeto de Lei n° 017/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

Ana Andretta - Secretária

